

tempo e

Publicação mensal do CEDI
número 165
janeiro/fevereiro de 1981

presença

O POVO PEDE PASSAGEM



Documento 1

Um relato descritivo da mobilização para a campanha de alfabetização da Nicarágua.

Documento 2

A experiência dos loteamentos clandestinos em São Paulo.

Bíblia Hoje

Silvio Meincke, pastor luterano, nos interpela sobre o engajamento no amor libertador.

Última Página

Carta dos lavradores do Triângulo Mineiro denunciando a situação dos bóias-frias e sua árdua vida.



O POVO PEDE PASSAGEM

Neste número de Tempo e Presença queremos evidenciar a importância nestes anos de todo o processo de aprendizagem de organização do povo. Verdade seja dita, é no processo social conflitivo que se podem aprender as maneiras e formas organizativas de se enfrentarem os desafios. Nele vamos encontrar um relato da campanha de alfabetização na Nicarágua. A experiência de loteamento clandestino da Zona Sul de São Paulo, o jornal feito pelos moradores, a peça de teatro para levantar as questões pertinentes à sua situação. Você poderá ler o depoimento de Maria José, da Pastoral Operária de Nova Iguaçu e sua vivência na formação do Movimento Amigos de Bairro.

E assim vamos querendo mostrar que lentamente as pessoas vão descobrindo suas formas de resistência e de sustentação da luta. São movidas de uma grande esperança e crença: um mundo novo será possível e dele sairão novos homens e mulheres. O estudo bíblico é de Sílvio Meincke, pastor luterano, e ele faz uma bela reflexão sobre o engajamento do amor na realidade social de hoje.

Convidamos você para descobrir conosco este momento de esperança e luta cravado na atitude de homens e mulheres que professam a sua fé em Jesus Cristo.

Tempo e Presença
Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Coordenador
Paulo Cesar Loureiro Botas

Editor de Arte
Claudius Ceccon

Diagramação
Anita Slade

Artefinal
Martha Braga

Equipe de Redação
Carlos Cunha
José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Júnior
Carlos Mesters
Beatriz Araújo Martins

Composição, Fotolito e Impressão
Editora Gráfica Luna Ltda.
Rua Barão de São Felix, 129 - Centro
Rio de Janeiro

Assinatura anual: Cr\$ 600,00
Remessa em cheques
pagáveis no Rio para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

CEDI
Centro Ecumênico de
Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 fundos,
Cosme Velho Telefone 2055197
22241 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo, SP

GUERRA TOTAL CONTRA O ANALFABETISMO NA NICARÁGUA

Marcos Arruda

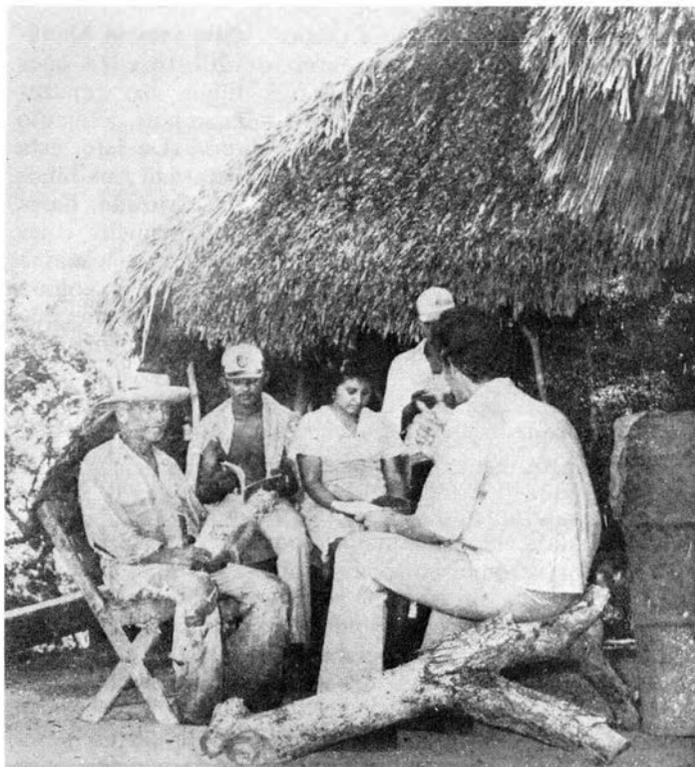
Consultor econômico do Conselho Mundial de Igrejas (Genebra)
e membro associado do Instituto Transnacional (Amsterdã).

“Sabe, já não sou ignorante”, diz o jovem camponês à mãe do seu jovem alfabetizador. “Agora eu sei ler. Não perfeitamente, entende, mas já sei ler um bocado. E, sabe, seu filho também já não é mais ignorante. Agora ele sabe como nós vivemos, o que comemos, como trabalhamos e sabe como é a vida das montanhas. Seu filho, senhora, aprendeu a ler do nosso livro.”

OUTRO TRIUNFO

“O Amanhecer do Povo” — título do manual de alfabetização adotado na Cruzada Nacional de Alfabetização, que foi encerrada em agosto passado com uma enorme festa popular — é a melhor definição do que os nicaraguenses esperam da revolução sandinista.

A Cruzada foi um gigantesco esforço de dar continuidade à insurreição que derrubou Somoza e a Guarda Nacional. Foi uma campanha de mobilização de massa, dirigida agora contra inimigos menos visíveis — o analfabetismo e o obscurantismo, ou a ausência de uma participação crítica do povo na edificação de uma nova Nicarágua. A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) revelou uma vez mais o seu impressionante senso de oportunidade ao usar o meio correto — a mobilização de todo o país para este empreendimento, imediatamente depois da vitória armada — para atingir a meta prioritária da integração efetiva dos camponeses e operários, munidos das armas do ler, escrever e contar, e da consciência crítica da sua força e do seu potencial de energia e poder.



A Cruzada resultou numa surpreendente vitória. Durante quatro meses mais de oitenta mil pessoas, na sua grande maioria jovens, foram formadas como alfabetizadores de adultos. Eram professores primários e secundários de escolas urbanas e rurais, estudantes secundários e universitários, e operários. Parte da formação consistiu em fazer o censo da população, que estabeleceu uma taxa de analfabetismo de aproximadamente cinquenta e cinco por cento (três quartos destes, no campo). Em março de 1980, a Cruzada foi iniciada, seguindo diretrizes idênticas às da insurreição vitoriosa do ano passado. Formaram-se brigadas, esquadras e batalhões e os “combatentes da alfabetização” se distribuíram por toda a extensão do país, conectados com o centro nervoso da Cruzada — o quartel-general de Manágua liderado pelo “compañero” Fernando Cardinal, jesuíta — por meio de um sistema de rádio transmissor-receptor. Veiculando não apenas orientações e diretrizes técnico-pedagógicas e logísticas, mas também mensagens pessoais e familiares, este sistema de comunicação nos dois sentidos serviu como indispensável apoio político, organizacional, psicológico e afetivo tanto aos brigadistas como às suas famílias.

Esta fase da guerra total contra o analfabetismo e o obscurantismo durou cinco meses. Praticamente todos os habitantes da Nicarágua foram direta ou indiretamente atingidos pela Cruzada. Ela marcou, na verdade, o desencadeamento de uma autêntica revolução cultural: estudantes, professores e trabalhadores foram acolhidos por famílias e aldeias do campo e aprenderam, por experiência direta, como vive e trabalha o setor mais amplo e mais pobre da população do país.

“A Cruzada nós ensinou duas coisas”, disse-me em Manágua a mãe de três alfabetizadores, de 20, 18 e 14 anos de idade. “Uma, o que os nossos filhos são capazes de fazer e de vir a ser. Duas, o que é o nosso país, e quanto é amável e pobre o nosso povo do campo.” De fato, esta mulher, como a maioria dos pais que visitaram seus filhos alfabetizadores durante os cinco meses da Cruzada, havia sido hóspede das famílias camponesas. “A primeira coisa que perguntei à senhora camponesa da casa de Palacagüina onde a minha filha agora vivia foi ‘quantos filhos a senhora tem?’, ao que ela respondeu, com voz tímida mas firme: ‘eu tinha nove, mas agora tenho dez’. Minha filha agora tem duas famílias...”

O país inteiro recebeu informação diária sobre o progresso da Cruzada. A meta era chegar a setembro de 1980 com um total de quinhentos mil novos alfabetizados. Por diversas razões, o encerramento da Cruzada foi antecipado, e, em 15 de agosto, data em que a maioria das brigadas de alfabetização foram estrondosamente recebidas de volta em Manágua, quatrocentas e seis mil pessoas haviam passado no exame em espanhol e recebido seus certificados. Desde então, outras sessenta mil pessoas, pertencentes a minorias nacionais, foram alfabetizadas em misquito e em inglês.

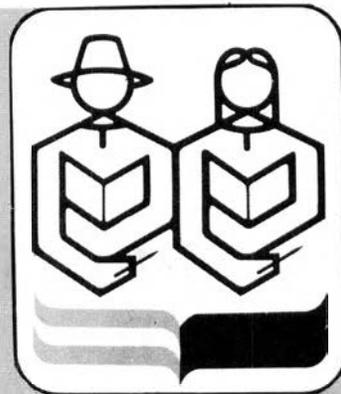
Por que é que a Nicarágua, ao contrário de outros países recém-independentes, particularmente da África, foi capaz de realizar com êxito uma campanha maciça de alfabetização? As razões são tanto de caráter objetivo como subjetivo. Por um lado, as estruturas de organização e mobilização de massa criadas pela insurreição popular ofereciam um fundamento concreto sobre o qual uma campanha maciça podia ser construída. Entre estudantes secundários e universitários, professores urbanos e rurais, e trabalhadores podia ser encontrado o número suficiente de quadros para animar a Cruzada a um custo relativamente compensatório. O espanhol, língua vernácula da grande maioria da população, podia ser facilmente aprendido e imediatamente utilizado para melhorar as condições de vida e o nível de participação da maioria dos nicaraguenses na criação de uma nova sociedade.

Por outro lado, a mística gerada pelo triunfo da insurreição popular ainda está vibrando no ar. Este triunfo promoveu uma nova dimensão e deu nova coesão à unidade nacional e à identidade cultural do povo da Nicarágua. Tratava-se agora de aprofundar estas conquistas. Os sandinistas, pelo seu lado, têm mostrado, desde o início, uma firme determinação de ser coerentes, em palavras e em ação, com a promessa de fazer da revolução sandinista um “Amanhecer do Povo”. Eles estão conscientes de que capacitar o povo no exercício do poder político envolve uma condição fundamental: o desenvolvimento da capacidade popular de exercer o poder, o conhecimento.



... Permitam-me fazer uma consideração particular sobre um aspecto importante da realidade atual da Nicarágua. Refiro-me à Campanha de Alfabetização à qual se estão dedicando energias tão consideráveis.

... Deixando de lado os aspectos técnicos do problema, considero que uma iniciativa encaminhada a levar o pão da cultura a todo cidadão sem distinções, é, em si mesma, merecedora de todo elogio contanto que seja programada e conduzida no pleno respeito aos direitos e convicções religiosas do povo e, mais concretamente, dos pais dos alunos. Esse respeito aos direitos dos pais e da família católica a uma educação que esteja de conformidade com a fé que professam, impede que se imponham conceitos contrários à fé. Uma experiência de séculos e o testemunho de muitos contemporâneos são a prova de que pode haver uma



ampla colaboração, no terreno da educação pública, entre ciência e cristianismo.

... Nesse sentido faço um apelo aos educadores cristãos e a quantos prestam sua atividade nas escolas católicas para que colaborem nessa empresa de educação de cada cidadão, a fim de que facilitem um acesso generalizado à cultura.

João Paulo II, ao receber os membros da Junta de Governo de Reconstrução Nacional)

OUTRO DESAFIO

Mas isto é apenas o começo. A vitória contra o analfabetismo e o obscurantismo é também o nascimento de novos desafios. Primeiro, o analfabetismo ainda permanece. A Cruzada reduziu a sua taxa de cinquenta e cinco para treze por cento, de modo que a meta imediata é a eliminação completa do analfabetismo. Este esforço inclui a alfabetização das quatro principais minorias étnicas — os Misquitos, Sumos e Ramos do centro-leste do país e o pequeno número de analfabetos negros de Bluefields, no sudeste — nos seus idiomas maternos. Segundo, todos sabemos, por experiência própria, que qualquer competência adquirida só é preservada e desenvolvida se é posta em uso na nossa vida diária. Os nicaraguenses percebem que o analfabetismo regressivo representaria um perigoso retrocesso, pois abalaria a confiança popular na determinação dos sandinistas de envolver, de forma ativa e consciente, toda a população tanto no planejamento como na própria edificação de uma nova Nicarágua.

O grande desafio, portanto, consiste em como planejar e como implementar o processo de educação de adultos de tal forma que desde já as atividades diárias do povo ganhem uma nova dimensão com o vigoroso desenvolvimento da sua capacidade de criar novo conhecimento. Os dirigentes do país percebem com clareza que a educação de adultos é uma parte essencial da reconstrução nacional. Na verdade, o projeto sandinista de uma sociedade independente, participatória e centrada nas suas próprias forças e recursos, só

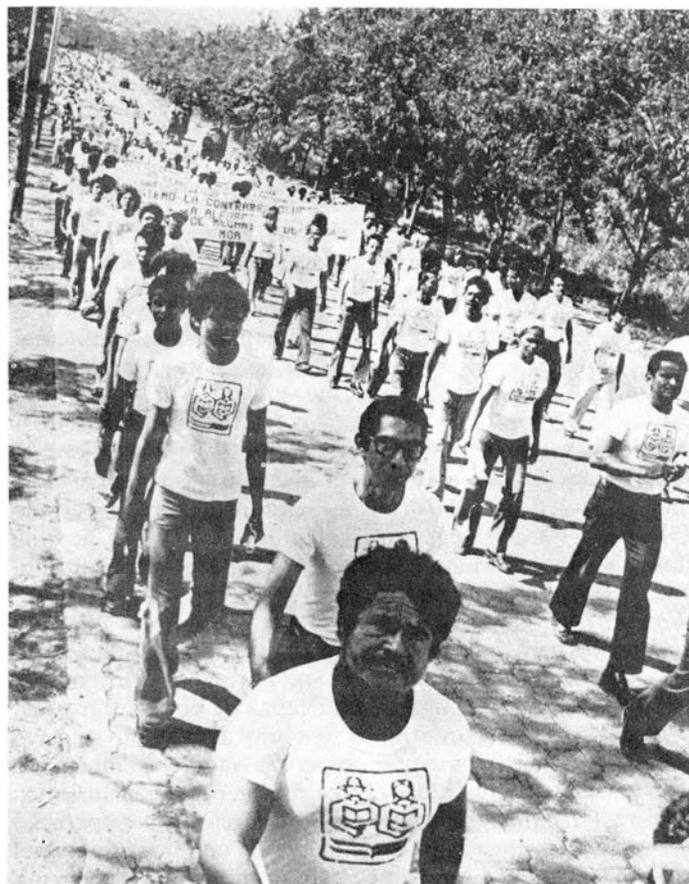
é possível se se põe em marcha um processo de educação de adultos consistente e coerente com esse projeto. O problema agora é como planejar a educação de adultos de tal modo que se torne possível ao povo romper a barreira da escolarização tradicional, elitista e fragmentária, herdada do seu passado capitalista.

Para a Nicarágua de hoje, o futuro é como uma Casa de Espelhos. As imagens de uma almejada sociedade de justiça, igualdade e participação são inúmeras e variadas mas, se se quer alcançar a origem dessas diversas imagens, tem-se que encontrar o caminho correto que conduz à única fonte, a qual gera tais imagens.

O impasse consiste no seguinte: ou organizar a educação de adultos como um processo pelo qual os adultos são gradualmente levados a ingressar na estrutura escolar tradicional, embora reformada; ou organizá-la como um verdadeiro processo de criação de conhecimento, que seja inerentemente não-elitista e que se envolva *pari passu* com o desenvolvimento de estruturas e relações econômicas, políticas e sociais não-elitistas. A primeira alternativa é a única conhecida até agora nas sociedades não-capitalistas. A segunda, portanto, ainda é um sonho, algo a ser inventado. Deveras, um sonho que é parte do sonho maior de uma sociedade de justiça, igualdade e participação.

O primeiro caminho significaria preparar os adultos para a transição do aprendizado não-formal de atividades básicas relacionadas com sua vida individual e coletiva e com suas atividades produtivas, a um sistema escolar institucional formal, passando por um estágio de educação primária acelerada. Dado que a seleção e a fragmentação do conhecimento da realidade são características inerentes à própria natureza daquele sistema, não podemos fugir à questão de se o sistema escolar tradicional pode ou não ser efetivamente reformado *ao ponto de tornar-se um instrumento consistente e coerente com a edificação de uma sociedade sandinista*. Se a resposta for não, então esse caminho conduzirá inevitavelmente a um dos espelhos refletores da imagem de uma sociedade justa, igualitária e participatória e o desafio dessa utopia inatingida persistirá.

A segunda alternativa exige a "loucura", a coragem e a imaginação dos pioneiros... e os nicaraguenses provaram possuir um verdadeiro espírito pioneiro tanto pela originalidade de sua insurreição contra o somozismo e pela criatividade de sua guerra contra o analfabetismo e o obscurantismo, quanto pela forma inovadora com que estão conduzindo a edificação da nova sociedade. A educação de adultos só será não-elitista, permanente e ao mesmo tempo revolucionária (isto é, em contínua mutação) *na medida em que se constituir numa função e numa resposta às neces-*



Os voluntários "brigadistas" da campanha nacional de alfabetização desfilam pelas ruas

de Manágua alertando o povo para colaborar com o seu trabalho educacional.

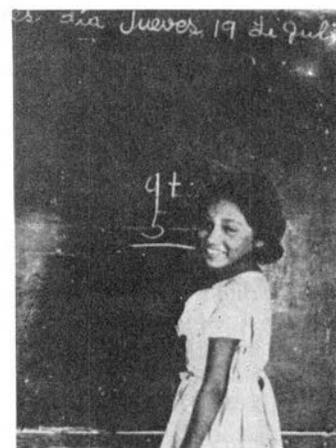
sidades econômicas, políticas e sociais que emergem das tarefas da construção de uma sociedade sandinista. Ela deve ser um processo pelo qual sejam gradualmente suplantados os dualismos escola/comunidade, estudo/produção, escola/vida, professor/estudante, trabalho intelectual/trabalho manual; um processo pelo qual a sociedade inteira e cada uma das suas novas instituições e formas de organização sócio-econômica, política e cultural se transformem em forjas de criação de conhecimento, locais em que se aprende vivendo e fazendo; um processo pelo qual o próprio povo, por meio do exercício da prática-teoria-prática, desenvolva a capacidade de pensar criticamente o mundo e de transformá-lo segundo suas necessidades e interesses — duas condições indispensáveis para a edificação de uma verdadeira democracia popular.

Ainda que a primeira carreira de tijolos da construção de uma nova educação sandinista já esteja posta pela Cruzada vitoriosa, um processo revolucionário e não-elitista de educação não pode emergir de repente, ou por virtude de um mero decreto governamental. Implantá-lo exige clareza política, criatividade e um esforço contínuo e paciente, que envolva toda a sociedade, de ater-se à realidade. Exige um alto grau de cooperação entre o Vice-Ministério de Educação de Adultos e os outros Ministérios que estão diretamente envolvidos na formação de quadros para as diversas tarefas da reconstrução, em particular o Ministério do Planejamento. Exige, sobretudo, a participação ativa da Frente Sandinista e, importantíssimo, das organizações de massa, cuja tarefa de organizar os operários e camponeses foi já enormemente facilitada pela Cruzada.

UM NOVO CAMINHO PARA O CONHECIMENTO

Tendo aprendido a ler, escrever e contar, o povo da Nicarágua está agora em condições de capacitar-se para criar conhecimentos noutros campos. Ele necessita urgentemente melhorar suas condições de saúde, higiene e habitação, sua capacidade produtiva, exercitar-se na tomada de decisões econômicas, etc. Todas estas atividades têm em geral estado fora do alcance das massas, e a inversão desta tendência é um dos objetivos da estratégia sandinista para o período 1980-84. Esta estratégia visa gerar um novo modo de vida fundado num conceito de desenvolvimento descentralizado, participatório e auto-sustentado.

A Cruzada de Alfabetização, de fato, organizou e mobilizou centenas de milhares de pessoas, em particular a juventude, em torno de uma mística que foi capaz de compensar pelas deficiências sociais que ainda oneram a vida dos nicaraguenses, especialmente nas áreas da saúde, habitação e distribuição de alimentos. A Cruzada gerou uma dinâmica que veio facilitar grandemente o esforço pela superação dessas deficiências. Uma economista da equipe responsável pelo planejamento econômico referiu-me o que ela chama de “subprodutos” da Cruzada de Alfabetização: a demanda de alimentos aumentou e diversificou-se; construíram-se novas estradas; a distribuição da renda alterou-se em benefício dos trabalhadores rurais e camponeses; e, muito importante, a produtividade aumentou, o que quer dizer que a



Cruzada autofinanciou-se, pelo menos parcialmente; ou, vista de um outro ângulo, a ajuda financeira dada pelo Conselho Mundial de Igrejas, pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional e por outras instituições e grupos de solidariedade foi convertida em recurso dinamizador da economia nicaraguense.

Agora novos passos têm que ser dados e o Vice-Ministério da Educação de Adultos parece disposto a optar por uma educação de adultos flexível e não-elitista, capaz de responder às necessidades impostas pela reconstrução sandinista. A educação de base no campo da saúde e higiene, a “alfabetização econômica”, o aprendizado de noções básicas de agricultura — incluindo a química, biologia, fitopatologia e hidrologia — são algumas áreas que os sandinistas tendem a considerar como prioridades sociais. A idéia de usar a experiência da Cruzada de Alfabetização como uma base para a organização de uma Cruzada Nacional da Saúde (CNS) está agora em discussão, e suas possibilidades reais estão sendo avaliadas. O conceito sobre o qual ela se baseia é que um povo consciente e organizado é, em grande medida, capaz de “produzir sua própria saúde”. A CNS pretende criar saúde igual para todos, e o caminho que aparece como mais adequado é organizar uma campanha maciça de educação sanitária preventiva e curativa, de tal forma que os nicaraguenses venham a produzir pelo menos sessenta por cento da sua própria saúde, com apoio institucional apenas secundário.

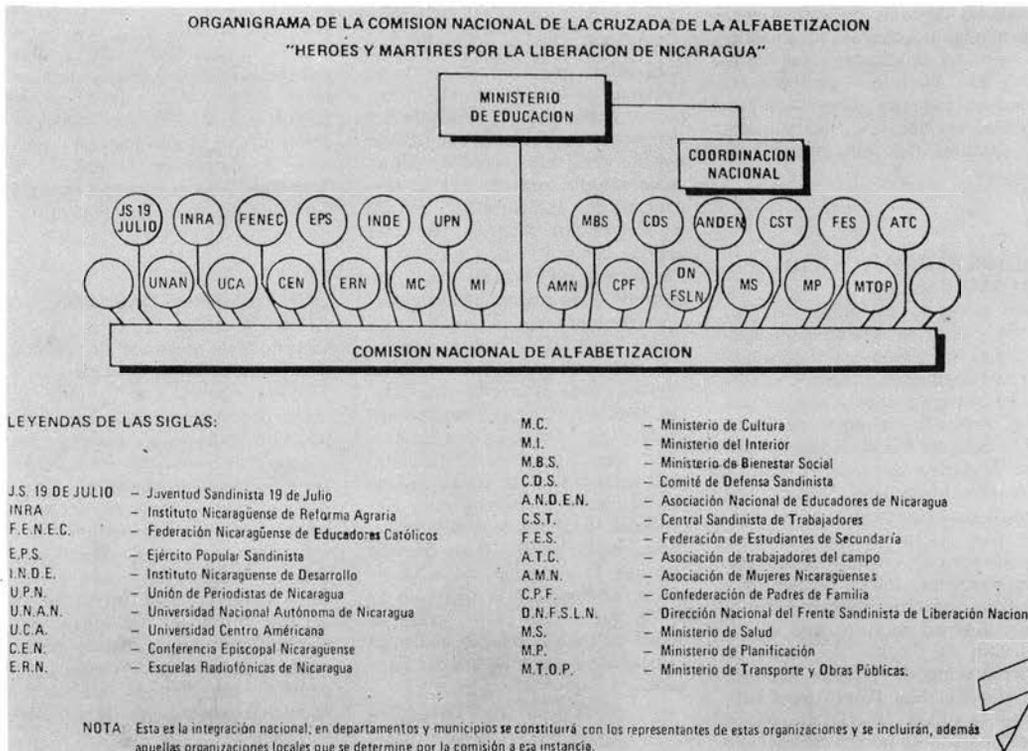
As limitações financeiras atuais, no entanto, impedem que os recursos necessários para a CNS possam sair do orçamento nacional. As conquistas econômicas de 1980 foram, é verdade, substanciais: o PNB aumentou dezoito por cento em termos reais; a taxa de desemprego caiu abaixo da meta projetada de dezessete por cento; a produção de alimentos básicos atingiu um nível que promete a auto-suficiência para 1981; e a dívida externa foi renegociada em termos grandemente favoráveis à Nicarágua. No entanto, a poupança disponível é ainda precária. Isto explica por que o Governo está decidido a alcançar uma taxa de crescimento de vinte por cento no próximo ano, usando a mesma quantidade de recursos financeiros de 1980 e evitando grandes projetos de investimento, exceto no setor energético (o plano energético sandinista prevê que em 1984 a capacidade geotérmica e hidrelétrica instalada cobrirá sessenta por cento das necessidades do país, e oitenta por cento em 1988). Diante destas limitações, agora agravadas pela perspectiva de uma política externa mais dura dos Estados Unidos em relação à América Central, conforme prometeu Ronald Reagan, a política do Governo nicaraguense para 1981 é de grande disciplina econômica. "Austeridade e eficiência" são as bandeiras do ano próximo. Ao mesmo tempo, pretende-se fazer de 1981 "o ano da saúde e da produtividade". Assim, a saúde deve constituir o eixo social do Plano Econômico do ano entrante.

No entanto, isto só se tornará possível se se puderem levantar suficientes recursos no exterior — livres de toda exigência exceto quando forem usados para o melhoramento das condições de vida da maioria.

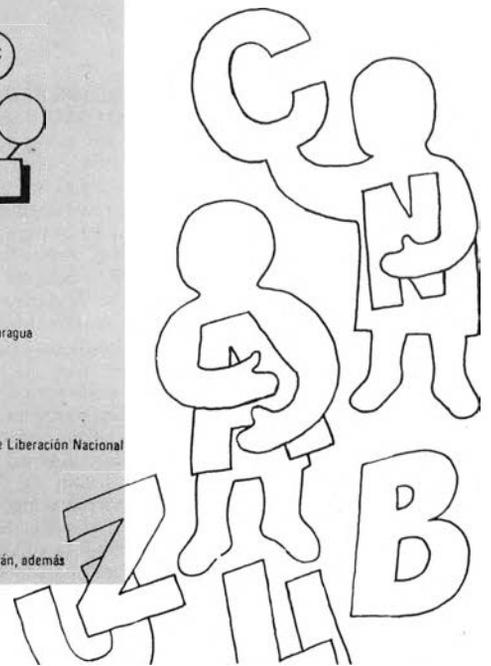
"A Cruzada de Alfabetização é como a fonte de um rio de conhecimento popular que já não pode ser estancado", disse Alicia, uma jovem alfabetizadora sandinista. Esta afirmação reflete a firme determinação dos nicaraguenses de prosseguirem na luta pela construção de uma nova educação sandinista. Mas eles só podem ter êxito se determinadas condições forem atendidas: primeira, que eles decidam não despejar o impulso político e a experiência inovadora da Cruzada nas águas turvas do sistema escolar tradicional, que é estruturalmente rígido, compartimentado e elitista; a CNS poderia ser a primeira expressão de uma decisão neste sentido. Segunda, que eles descubram a maneira de transformar o tremendo potencial revolucionário desencadeado pela Cruzada numa revolução cultural plena e abrangente, dentro da qual um novo processo educativo venha a gerar e consolidar novos valores e comportamentos e capacite o povo para o exercício do poder do conhecimento. Terceira, que eles consigam integrar o esforço de construir uma nova educação sandinista com o processo global de reconstrução do país, de modo que a nova educação emergja ao mesmo tempo que a revolução sócio-econômica, política e cultural sandinista, e como parte integrante dela.

Genebra, novembro de 1980

Ilustrações selecionadas na revista "Encuentro" nº 16



Organograma evidenciando a participação das várias entidades em apoio à cruzada da alfabetização.



Aconteceu

Janeiro e Fevereiro de 1981

MORADORES DEFENDEM AÇÃO DE CASALDÁLIGA

Dezenas de pessoas residentes em São Félix do Araguaia (MT) elaboraram uma nota em defesa de D. Pedro Casaldáliga, bispo da prelaquia local, e enviaram o abaixo-assinado ao Presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, pedindo-lhe que desse conhecimento da nota ao Presidente da República e ao Papa João Paulo II. O documento é assinado por moradores de São Félix, Chapadinha, Serra Nova, Santo Antônio, Pontinópolis e Azulona e denuncia a perseguição contra D. Casaldáliga. Afirma o abaixo-assinado que "os grupos e indivíduos que estão difamando nosso bispo, agem dessa forma para defender seus próprios interesses, querem manter seus privilégios e posições de domínio".

BISPO INTEGRA LISTA DE MORTE

Até o bispo de Ji-Paraná-Rondônia, D. José Martins, estava jurado de morte numa lista de 15 nomes, apreendida pela polícia quando cercou uma casa na fazenda Floresta, para prender os pistoleiros Nélis Matias do Nascimento, conhecido por "Claudiomiro", e Dagoberto Saraiva, que mantinha um escritório de agenciamento de pistoleiros no centro de Ji-Paraná. Nos depoimentos prestados ao delegado João Lucena, "Claudiomiro" confessou dez assassinatos desde agosto do ano passado, acusando como mandante da maioria deles o empresário João dos Santos Filho, o "João da Calama", assassinado em setembro, por outro pistoleiro, Luís Berto, depois de se negar a pagar um serviço encomendado por Cr\$ 50 mil e executado por Berto. "Claudiomiro" contou ao delegado que "João da Calama" teria sugerido, antes de morrer, a execução do bispo D. José Martins porque durante os sermões defendia os pequenos agricultores: "O bispo só não morreu porque eu e o Berto dissemos que não faríamos o serviço". Além de envolver o empresário, "Claudiomiro" e Dagoberto denunciaram o ex-delegado de polícia de Ji-Paraná, Isaac Floriano demitido da polícia por justa causa em outubro, depois que se descobriu ter concedido portes de armas inclusive para pistoleiros que vinham sendo procurados pela polícia.

METALÚRGICOS ENTRAM EM GREVE POR SALÁRIOS ATRASADOS

Cerca de 300 operários da Motores Elétricos Anéis, empresa situada no bairro paulistano de Vila Santa Clara, entraram em greve, alegando atraso no pagamento dos salários. Segundo João Vicente, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, os empregados da empresa não receberam, ainda, 15 dias de novembro e o "13º salário".

MOVIMENTO DE DEFESA DOS FAVELADOS PREPARA ENCONTRO

O Movimento de Defesa dos Favelados — que surgiu há apenas três anos, a partir da luta pelo melhoramento da favela da comunidade de Vila Palmares, em Santo André-SP, capital — já conseguiu várias proezas nesse curto período, principalmente a de impedir, dezenas de vezes, despejos de favelas que estavam praticamente consumados. No ABC e em Campinas, onde o movimento tem mais força, nenhuma delas foi despejada nestes três anos. Agora, o movimento está preparando as reuniões finais do Segundo Encontro Nacional de Favelas, que reúne representantes de favelados de mais de uma dezena de cidades brasileiras, para elaborar a pauta de atuação para o próximo ano, quando se pretende expandir o trabalho para outros municípios em que esses aglomerados de casebres têm um número expressivo.

ÍNDIOS PEDEM AUXÍLIO EM SÃO PAULO

Uma comissão de índios xavantes esteve ontem na Assembléia Legislativa de São Paulo, a fim de solicitar aos deputados estaduais auxílio material para a tribo a que pertencem, radicada na região de Barra do Garça, em Mato Grosso do Sul. Por iniciativa de Rubens Lara e Eduardo Matarazzo Suplicy. Os deputados começaram a subscrever lista, destinada a arrecadar recursos para a aquisição de machados, farietes, foices, alimentos e medicamentos necessários à tribo. Os índios informaram que se encontram na Capital em razão do internamento do cacique Aniceto, no Hospital São Paulo, para submeter-se a uma cirurgia. O cacique será operado de hérnia estomacal e do menisco.

QUASE 11 MIL FAZEM PEDIDO POR IANOMAMIS

Um abaixo-assinado contendo 10 mil, 737 assinaturas — encabeçado pelo ex-ministro Afonso Arinos — foi enviado ao Presidente da República, solicitando a criação urgente do Parque Ianomami, em Roraima. Junto com a reivindicação, o Presidente recebeu carta assinada pela antropóloga Cláudia Andujar em que ela lembra as promessas feitas pelo Governo de criar o Parque até o final de 80. Na carta, Cláudia Andujar, em nome da Comissão Pró-Índio de São Paulo e da Comissão Pró-Parque Ianomami, assinala ao Presidente que a criação da área indígena "tem até mesmo o apoio da comunidade internacional, porque o Parque pode evitar a extinção e a desagregação dos quase 10 mil índios ianomamis de Roraima e do Amazonas". O abaixo-assinado contém nomes de antropólogos, jornalistas, médicos, ecólogos, membros da Igreja e cidadãos comuns, além da assinatura de 106 entidades científicas, parti-

culares e defensores dos Direitos Humanos do Brasil e do Exterior. Tanto o abaixo-assinado como a carta lembram ao Presidente da República as reiteradas promessas feitas pelo Ministro do Interior — em 28 de junho de 79, 30 de julho e 10 de outubro de 1980 — de que "até o final de 1980, o Governo criaria, através de decreto presidencial, o Parque Ianomami, tornando intocável a área dos índios, atualmente ameaçada de invasão por parte de madeireiras e mineradores". "É com base nestas promessas que solicitamos a V. Excia. — afirmam — o seu cumprimento no interesse dos índios; é com base nestas promessas o seu sentido de humanidade que aguardamos". A solicitação é feita em caráter de "urgência" pois as ameaças aos índios ianomamis têm sido constantes, de tal forma que várias organizações internacionais encaminharam pedidos oficiais à ONU, no sentido de que "o Brasil seja pressionado a proteger a área indígena de inestimável valor cultural e humano".

SINDICALISTA VÊ PACTO COM CETICISMO

"Nada impede que num dado momento se faça uma frente política para a defesa do capital nacional, para evitar que o Brasil se transforme no quintal do mundo", afirmou o presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, Jacó Bitar, um dos dirigentes sindicais contatados por diretores da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para discutir uma política comum contra a recessão. Ele afirma, no entanto, que é importante "não precipitar as coisas" e prefere não falar na possibilidade de um "pacto social" ou anti-recessão. Bitar diz que nos contatos mantidos com os empresários Cláudio Bardela e Paulo Francini não houve maior definição dos temas a serem discutidos. Os sindicalistas também não tiveram conhecimento do documento preparado pelos empresários. Embora considere a discussão muito válida, Bitar destaca que não vê condições de o movimento sindical firmar qualquer tipo de pacto com os empresários, diante de uma legislação que nega a liberdade e a autonomia das entidades.

MAIORIA NO RIO SÓ TEM PRIMÁRIO

A maior parte dos trabalhadores do Rio com carteira de trabalho — 58,4% — tem apenas até o curso primário. Destes, 3,5% são analfabetos, 13,8% têm o primário incompleto e 31,1% concluíram o primário. Os dados são da assessoria econômica do Ministério do Trabalho, de acordo com a Relação Anual de Informes Sociais de 1979.

LULA ADMITE QUE MEMBROS DAS CEBS AJUDAM O PT

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Sr. Luís Inácio da Silva, admitiu que "grande número de companheiros militantes das Comunidades Eclesiais de Base, na grande maioria trabalhadores e filiados aos sindicatos, estão participando ativamente na organização do PT". Ele ressaltou que o Partido "não cria núcleos dentro das Comunidades Eclesiais de Base, e a Igreja está correta ao se colocar contra a subordinação das comunidades a um Partido político. Mas também não podemos impedir que um militante da Comunidade Eclesial participe de um Partido político".

IGREJAS CRISTÃS RECLAMAM REFORMA AGRÁRIA AUTÊNTICA

Ao criticar os "já minguados salários do povo humilde e trabalhador", que estão diminuindo "por causa das constantes altas do custo de vida", o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, em mensagem de fim de ano ao povo brasileiro, deplora a ação dos "especuladores nacionais e multinacionais", o crescimento da riqueza e as "escandalosas mordomias de uns poucos"; reclama a reforma agrária "autêntica" e salvaguardas para os índios. O documento é subscrito pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Igreja Metodista do Brasil e Igreja Episcopal do Brasil. A mensagem foi elaborada em novembro, em reunião entre as lideranças das Igrejas Cristãs do Brasil em Porto Alegre. Salientando que "não pode haver verdadeira paz sem que predomine a justiça e o amor, concretizados em uma sociedade liberta de poluições de toda espécie, e que valorize e proteja os valores autênticos da pessoa humana", a mensagem ressalta: "Consideramos injustiça que os já minguados salários do povo humilde e trabalhador estejam diariamente diminuindo em seu poder aquisitivo por causa das constantes altas do custo de vida, a tal ponto de lhes roubar a paz e lhes trazer angústia e morte. Por isso, deplora-

mos a ação dos especuladores nacionais e multinacionais. Observamos estarrecidos o crescimento da riqueza e as escandalosas mordomias de uns poucos. Nossa gente pobre, principalmente as crianças, está sendo reduzida a uma multidão de subnutridos e desesperados, capazes de tudo para não morrer de fome. Por isso aumentam de modo tão alarmante a criminalidade, a violência e a prostituição.". As Igrejas cristãs não aceitam as justificativas e explicações como, por exemplo, a da crise do petróleo e da frustração das safras agrícolas, e destacam a "urgência de uma autêntica reforma agrária e uma maior justiça fundiária", pois "a terra se destina a todos, é dádiva do Criador". A mensagem apoia os movimentos que "visam despertar as consciências para o sério problema da poluição e do meio ambiente, agravado enormemente pela ânsia desenfreada do lucro fácil e ilícito, à custa da saúde de todo um povo". Finaliza a mensagem declarando: "Constatamos que a democracia é apregoadada insistentemente por todos no País. Nosso desejo é, por este intermédio, conclamar o povo brasileiro para uma participação consciente e ativa no processo democrático, onde há lugar para todos, o que inclui sempre o respeito à dignidade e aos direitos da pessoa humana, bem como a ação sincera e evangélica das Igrejas".

CANAVIEIROS DE PERNAMBUCO GANHAM NO TRT

O Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco vai ter de pagar aos trabalhadores rurais os dias em que eles estiverem parados, durante a última greve, conforme decisão do Tribunal Regional do Trabalho, anunciada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Segundo o presidente da FETAPE, José Rodrigues, a decisão "foi totalmente favorável aos trabalhadores, que vinham sofrendo o descumprimento do que determina a lei". O Tribunal determinou também que seja pago o índice de 4% de produtividade sobre a tabela de produção, o que não vinha sendo feito pelos patrões.

AMBULATÓRIO COBRA DUAS VEZES DE TRABALHADOR EM CAMPOS ELISEOS, DUQUE DE CAXIAS, RJ

Alguns ambulatórios credenciados pelo INAMPS cobram uma mensalidade das pessoas que atendem, apenas para recebê-las em suas dependências. Trata-se de cobrança irregular, que o INAMPS deve proibir. Um mau exemplo: o posto credenciado pelo INAMPS em Campos Eliseos, na Baixada Fluminense, além de cobrar irregularmente tal mensalidade, não dispõe de material e de médicos para o atendimento. E a água usada vem de um poço que fica perto do depósito de lixo.



GREVE DOS FUNCIONÁRIOS DA CONSTRUTORA LATINA

Os funcionários da Construtora Latina-SP, que presta serviço na área da Cosipa, em greve, reivindicam o cumprimento do dissídio coletivo e, também, um aumento extra no salário. Eles reclamam, também, que a construtora não paga corretamente as horas extraordinárias, salário-família; não aceita os atestados fornecidos por médicos do INPS; e, ainda, que a alimentação é "muito ruim" e muito cara. Com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Ermógenes Leite da Silva, e o tesoureiro Sibrônio Aguiar, os operários, escolhidos como representantes dos grevistas, tentaram chegar a um acordo com a empresa. Apesar de terem sido estabelecidos aumentos extras além do semestral (INPC de dezembro) para várias categorias, boa parcela dos operários — principalmente os ajudantes — demonstrava grande descontentamento com as propostas patronais.

JUIZ CONDENA UNIÃO NO CASO DO OPERÁRIO FIEL FILHO

Numa sentença de 139 páginas, o juiz da 5ª Vara Federal de São Paulo, Jorge Flaquer Scartezini, responsabilizou a União pela prisão ilegal, torturas e morte do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI do Segundo Exército, em 17 de janeiro de 1976. A sentença foi proferida 4 anos e 11 meses após a morte do operário e nela o juiz condena a União a indenizar a viúva e as filhas de Manoel Fiel — Tereza de Lourdes, Márcia de Fátima e Aparecida Fiel — "pelos danos materiais e morais que sofreram". A estimativa é que a indenização chegue a pelo menos 10 milhões de cruzeiros, se calculada hoje.

FAMÍLIAS DE FAVELA QUEREM INDENIZAÇÃO

As cerca de vinte famílias que ainda não se mudaram da favela do Flamingo, no Jardim Peri, cidade de São Paulo, instalada numa área onde a SABESP está construindo a adutora de Guarauá, estão revoltados contra a Prefeitura. Segundo

dizem, apenas alguns moradores da favela receberam dinheiro para dar de entrada em terrenos, enquanto que essas vinte famílias não receberam um tostão e serão removidas para um alojamento construído pelo município, na estrada da Parada, também na Zona Norte.

PESQUISA GALLUP DIZ QUE BRASILEIRO É CADA VEZ MAIS PESSIMISTA

A tradicional pesquisa do Instituto Gallup de final de ano, divulgada em São Paulo, mostra que 38% dos brasileiros ouvidos confiam em que 1981 seja melhor do que 1980; para 33% a expectativa é de piora e 29% não opinaram, "por não sabermos o que dizer". Diz o Gallup que "no Brasil o otimismo não cessou de cair desde 1975, mas está dramaticamente baixo em 1980: apenas 38% esperam um ano melhor em 1981. São os dados mais pessimistas desde que esta pesquisa começou a ser realizada anualmente, a partir de 1978".

SINDICALISTA ESPANCADO DEPÕE

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Araraquara-SP, Edie Campos Vidal — espancado por dois homens que, identificados, responsabilizaram o empresário Roberto Roxo pela agressão —, prestou depoimento no Primeiro Distrito Policial. Campos Vidal foi ferido no rosto e nas costelas, na sede do Sindicato, por Sebastião Marcos Souza Santos e Domingos Antonio Moreti, conhecido como "Mingão", que fugiram num Maverick cujo número da placa foi anotado pelos vizinhos. Identificados, os dois agressores disseram que receberam Cr\$ 60 mil de Roberto Roxo, proprietário da imobiliária Selmi-Dei, que teria afirmado "estar sendo prejudicado nos negócios por Campos Vidal. No seu depoimento, o presidente do sindicato afirmou que havia notado irregularidades na construção de mil casas populares que estão a cargo da imobiliária Selmi-Dei.



POSSEIROS E SUA RESISTÊNCIA

A 30 quilômetros de Xinguara, no Município de Conceição do Araguaia, mais um conflito estourou.

Cerca de 300 pessoas dos quais 62 são homens, foram cercados por pistoleiros do grileiro RUY JACINTO.

Desde dezembro do ano passado que o grileiro Ruy Jacinto vem tentando expulsar os posseiros da Gleba Marabá; mandou que o pistoleiro conhecido como ZEZÃO, fosse despejar os posseiros, mas estes resistiram a qualquer custo.

No dia 8 de novembro passado Jacinto voltou a atacar. Contratou pistoleiros da fazenda Canadá, vizinha da área, e estes mandaram um recado que iam fazer o despejo de qualquer maneira.

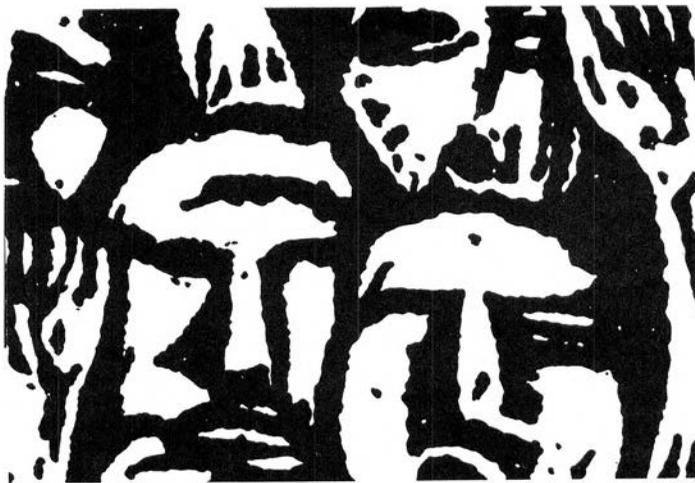
E, num Jeep do grileiro, cheio de munição e todos bem armados, foram cumprir a promessa.

Ainda chegaram a destruir 4 barracos, até que o tiroteio começou e quatro pistoleiros do grileiro caíram mortos, Gabriel Melo, Eurico Melo, Euzir Cavaleiro e Jesus Ramos, e mais dois ficaram feridos.



O fato se tornou público porque uma posseira CREUZA OLIVEIRA, conseguiu fugir da área com a ajuda da CPT e foi até Brasília fazer denúncia às autoridades. Mas estas autoridades e nem o GETAT tomaram qualquer providência imediata.

E quanto aos pistoleiros, o presidente do GETAT Iris Pedro de Oliveira, diz que eles não eram "FISCAIS DE FAZENDA". "Ora, isso é o nome romântico que se dá aos pistoleiros", disse o Pe. Ricardo Rezende.



O BISPO E A QUESTÃO SOCIAL

Os problemas fundiários no sul do Pará jamais serão resolvidos, na opinião do bispo de Marabá, D. Alano Pena, enquanto forem colocados sob o prisma da Segurança Nacional. "O que nos preocupa", diz D. Alano, "é que todos os enfoques dados às questões de terra, são sempre feitos à luz da Segurança Nacional e nunca voltados para a busca de uma reforma agrária autêntica e verdadeira".

A inexistência de uma política fundiária eficaz torna inviável o término de conflitos no campo. A criação do GETAT, para substituir o INCRA, em nada modificou a relação conflituosa entre posseiros e fazendeiros. Segundo D. Alano, esse problema não será resolvido por uma suposta reforma, preocupada em "repartir a terra". É necessário, diz ele, que se crie uma infra-estrutura capaz de oferecer condições de trabalho ao lavrador. "A reforma agrária deve ser minuciosamente estudada".

O GETAT não consegue sequer executar as tarefas a que se propôs, ou seja, viabilizar a regularização fundiária no sul do Pará e norte de Goiás. "Não acredito que seu trabalho esteja voltado para uma efetiva reforma agrária. O GETAT apenas tenta resolver conflitos". Essa é outra tarefa que o GETAT não consegue realizar, pois "se re-

solve um conflito aparecem 120 outros em seguida". Esta é uma questão facilmente explicável para D. Alano: não existe uma política fundiária justa. "Se o Governo dá preferência a grandes projetos fundiários, é claro que o pequeno lavrador fica alijado. A gente vê que a pressa do sistema é em transformar os pequenos lavradores em meras mãos-de-obra assalariadas".

Este fato é comprovado pelos freqüentes conflitos entre lavradores e grandes fazendeiros que, apoiados muitas vezes pela polícia, expropriam famílias inteiras de posseiros. Sem outras alternativas, entre a morte pela fome e o trabalho escravo em fazendas instaladas em terras outrora suas, os lavradores optam pela submissão aos patrões do campo.

Como religioso atuante, consciente da pregação do Evangelho e profundamente identificado com as causas dos trabalhadores do campo, D. Alano tem sofrido pressões e ameaças.

Fatos entretanto, que não esmorecem, pois, segundo esclarece: "A Igreja é visada por aqueles grupos que sentem a sua vida e a sua consciência ferida pela verdade do Evangelho e assim reagem quando são confrontados com essa verdade. São as minorias abastadas, são as minorias egoístas que não suportam de forma alguma a claridade do Evangelho de Jesus Cristo".

Loteamentos clandestinos: uma experiência na Periferia de São Paulo

Desde 1975, quando a Arquidiocese de São Paulo definiu seu plano de ação pastoral, o setor de Interlagos tem vivido uma experiência concreta de organização do povo para erradicar a situação irregular do loteamento onde residem.

No início, o trabalho missionário de uma comunidade de base, começou a refletir sobre o Evangelho nas casas e sobre a situação concreta em que as pessoas viviam. Suas inseguranças, suas aspirações, sua compreensão da própria vida. Lentamente estas pessoas foram descobrindo a violação dos seus direitos e resolveram lutar contra a situação de irregularidade do loteamento onde residiam.

Uma comissão de moradores — composta por dez pessoas — foi formada, após um trabalho de base que implicou em visitas periódicas pelas casas do bairro, formação de grupos de moradores e uma reunião geral onde, juntos, decidiram enfrentar a situação a que estavam submetidos.

Por outro lado, as discussões levadas pelo setor Interlagos, mostraram que as pessoas das comunidades de base entendiam **periferia** não como um aspecto geográfico, mas como uma **situação de vida**. E assim conceituaram **periferia**:

É o povo abandonado, com menos recursos, fruto de um sistema sócio-econômico que conscientemente marginaliza muitos, enquanto mantém alguns no centro, desfrutando os bens do sistema.

A partir disto, a equipe da Periferia que atua em Interlagos optou pela animação dos trabalhos realizados nos loteamentos irregulares na cidade de São Paulo que são acima de oito mil.

Posteriormente houve uma troca de experiências com as comunidades onde o problema dos loteamentos se estava tornando agudo. As comunidades de Santa Cecília, Parque Santo Antônio e Vila Angelina reuniram-se, analisaram a prática da luta que vinha sendo desenvolvida e concluíram que:

Para tentar resolver esse problema não basta a luta jurídica ou administrativa, tem que haver uma luta política, isto é, tem que existir muita pressão, porque o problema é



Henrique Pereira Jr.

comum, amplo, maior do que parece ser. E preciso, portanto, conseguir unir mais gente para lutarem juntos, porque a união faz a força.

A equipe da Pastoral da Periferia, os moradores dos loteamentos envolvidos, os advogados que acompanhavam os trabalhos constituíram quatro equipes para continuarem a luta:

1. Grupo de Estudo: pesquisa, análise e coordenação dos trabalhos.
2. Grupo de Orientação: para percorrer os bairros, fazer reuniões com os moradores e orientar a partir dos documentos existentes.
3. Grupo de Troca de Experiências: reunindo representantes dos diversos loteamentos para ajuda mútua.
4. Grupo do Boletim: reunir o material existente da luta dos loteamentos e dar a divulgação necessária.

O prolongamento desta mobilização consistiu em outras reuniões com uma participação cada vez maior de representações. O problema da irregularidade dos loteamentos, até então desconhecido, começou a aparecer nos jornais e na televisão. O jornal **Periferia** começou a circular nas fábricas, nas filas de ônibus e a Prefeitura e suas regionais começaram a receber a visita dos moradores, em ônibus especiais, exigindo a presença do loteador no bairro para prestar contas aos que haviam comprado os lotes.

Cada bairro tinha uma **Comissão de Moradores** que era responsável pelos contatos com as pastorais, com os advogados, com a imprensa e para a continuidade e ampliação da organização do bairro. Algumas comissões de moradores, posteriormente, se transformaram em Associações de Moradores e se integraram em outros movimentos populares.

São 50 os loteamentos clandestinos na Zona Sul de São Paulo e suas comissões de moradores freqüentemente se encontram para analisar e fazer um balanço da sua caminhada de luta.

LOTELINO



LOTELINO VIVIA EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS NA PERIFERIA



LOTELINO UM DIA ENCONTROU UM VENDEDOR DE LOTES - ERA A RESPOSTA A SEUS PROBLEMAS



LOTELINO DISCUTIU COM MARIA - ERA A GRANDE OPORTUNIDADE...



CONTARAM TODAS AS SUAS ECONOMIAS, FIZERAM EMPRÉSTIMOS, CONTRAIAM DÍVIDAS...



...ATÉ ALCANÇAREM O SUFICIENTE PARA A ENTRADA... QUASE NÃO DAVA MAIS PRA COMER...



PUZERAM-SE IMEDIATAMENTE A FAZER SUA CASA...



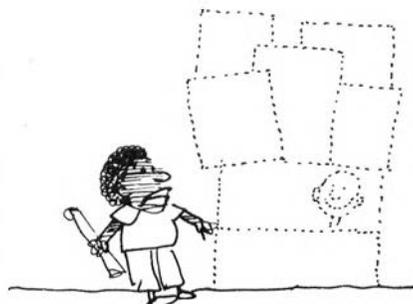
...COM ALGUNS MESES FICOU PRONTA



QUE BELEZA - AGORA ERA SÓ REGISTRAR NA PREFEITURA...



TERRÍVEL SURPRESA! NA PREFEITURA LOTELINO SOUBE QUE SEU LOTE ERA CLANDESTINO!



FOI PROCURAR O VENDEDOR, MAS O VENDEDOR SUMIU!



LOTELINO ENCONTROU MUITA GENTE NA MESMA SITUAÇÃO



ELES FORAM PROCURAR O GRUPO DE ORIENTAÇÃO - QUE FAZER? FAZER COMO FIZERAM OUTROS - VEJA AS PÁGINAS SEGUINTE →

O que fez Lotelino da Silva depois de procurar o Grupo de Orientação?

Lotelino da Silva, depois que procurou o Grupo de Orientação da Pastoral da Periferia, voltou para o seu bairro, conversou com os vizinhos e os amigos. Marcaram uma reunião e reuniram todos os moradores para dizer tudo o que sabia.

Na reunião os moradores escolheram uma comissão de moradores mais interessados, que se comprometeram com todos em levar para a frente o trabalho, para no final de tudo, resolverem os problemas do loteamento.

Também os moradores se comprometeram a apoiar os trabalhos da Comissão de Moradores e a participar de todas as reuniões que a comissão fizesse.

Lotelino da Silva não quer mais mudar de casa e ter de começar tudo de novo, por isso Lotelino vai lutar junto com os outros moradores.

Lotelino da Silva sou Eu, é Você, somos Todos Nós, moradores-proprietários de terrenos em loteamentos clandestinos.



Periferia

nº 1 fevereiro de 1977
Equipe de Pastoral da Periferia
Setor Interlagos — Região de Santo Amaro
Arquidiocese de São Paulo

DIALOGO ENTRE "LOTELINO DA SILVA" E O GRUPO DE ORIENTAÇÃO

Lotelino
O que é um Loteamento Clandestino?

Grupo de Orientação
Loteamento Clandestino é aquele que:
a) está localizado em terras griladas, isto é, terras vendidas por uma pessoa que não é o verdadeiro dono.
b) não está registrado no Registro de Imóveis.
c) não está registrado na Prefeitura.
d) tem lotes com menos de 250 m².
e) não tem áreas doadas para a Prefeitura poder colocar escolas, parques, postos de saúde, praças, etc.

Lotelino
Por que se compra terrenos em loteamentos clandestinos?

Grupo de Orientação
Como o pessoal que vem para a periferia, ganha pouco e não está informado de que existem leis que os loteadores não cumprem, e como os loteamentos clandestinos são mais baratos, porque são feitos fora dessas leis, todo mundo para poder construir sua casa e deixar de pagar aluguel, compra lotes clandestinos. E o pessoal não sabe que estão comprando uma bomba.

Lotelino
E a Prefeitura o que faz diante desse problema?

Grupo de Orientação
A Prefeitura não fiscalizou, e a maioria dos loteadores conseguem vender rapidamente os lotes... mas na hora de colocar melhorias nos bairros, como por exemplo, água, esgoto, escola, transportes, postos de saúde, etc., a Prefeitura nega tudo isso aos moradores, dizendo que o loteamento é clandestino. E tem mais; no imposto vem incluída uma multa porque o loteamento é clandestino, e quem paga essa multa é você, que é o comprador; enquanto isso, o loteador recebe tranqüilamente suas prestações.

Lotelino
Quais as conseqüências que o comprador sofre?

Grupo de Orientação
Além do que já foi dito e da insegurança de ter comprado um terreno que "ainda" não é seu, damos mais um exemplo:



Henrique Pereira Jr.

A Caixa Econômica ou o Banco Nacional da Habitação (B.N.H.), nega empréstimos para você construir sua casa, exatamente porque o loteamento é clandestino e o lote deve servir de garantia do empréstimo.

Lotelino
Diante disso tudo, o que devemos fazer?

Grupo de Orientação
Diante disso, devemos nos organizar em cada bairro, e juntos lutar para a regularização dos loteamentos clandestinos e para a punição dos loteadores que vendem, junto com os lotes irregulares, todos esses problemas para os moradores.

Lotelino
Como posso saber se um loteamento é clandestino?

Grupo de Orientação
As duas primeiras providências que você e os moradores do loteamento, juntos devem fazer, são:
1. Pedir uma certidão no Registro de Imóveis, para saber se quem vendeu é o dono, e se o loteamento está registrado.
2. Pedir uma certidão na Prefeitura para saber se o loteamento é registrado lá.

Jardim clandestino nº um... dois... três...

O Teatro popular vem sendo utilizado como uma forma de conscientização e de problematização das situações vividas pelas populações da periferia.

Esta pequena peça foi escrita e montada pelas pessoas envolvidas diretamente com o problema dos loteamentos clandestinos.

Um momento de reflexão através de uma das formas mais antigas de expressão crítica e artística: o teatro feito pelo povo como manifestação crítica da sua realidade.

1º Ato

Tião
Salve, mano velho, que é que o rei da Paraíba tá fazendo aqui em São Paulo?

Zé
Tamo levando a vida, home, do jeito que Deus manda.

Tião
O compadre tá morando aqui?

Zé
Só faiz dois meis que tô por aqui, tô mal chegando da Paraíba. Mas já consegui erguê um barraco, co'ajuda dos vizinho, num terreninho que tô pagando aí pros lado da represa, no Parque América. O diabo é que tão falando que o loteamento é clandestino. O povo até já tirô certidão, provando a bandalheira.

Tião
É, mano velho, também tô na mesma dança. O meu lugarzinho até tem nome de santo — São Rafael — mas é clandestino que só o capeta.

Zé
Ô xente, o seu também?

Tião
É isso aí.

Zé
Pois olha, home: acho que num existe loteamento honesto nesta cidade. Ainda otro dia, um vizinho meu me mostrô um jornalzinho aí — o "Lotelino", conhece? — eta jornalzinho pai d'égua — falando a mesma coisa de otros lugares: Jardim Boa Sorte, Jardim Klein, Jardim Jacira... tudo, tudo clandestino.

Tião
Sabe, compadre, às vez eu fico pensando pra que esses nome bonito. Devia sê tudo a mesma coisa: Jardim Clandestino número um, Jardim clandestino número dois, número três, número quatro... O diabo é que só sei contá até mil.



Henrique Pereira Jr.

Zé
E os culpado dessa robalheira, ein compadre? Será que num tem leis nesse país?

Tião
Lei existe, né mano velho? mas é que nem cadeia: é só pra pobre. Só sei duma coisa: os culpado, nós é que num somos.

Zé
Só faltava essa!

Tião
Os culpado são mesmo as imobiliárias e os dono dos loteamento.

Zé
E a Prefeitura, compadre, num toma nenhuma providência, não?

Tião
Que nada, até hoje só tá olhando. Ainda chama o povo de burro porque vai comprando terreno adoidado, sem sabê. Só que otro dia, o povo foi na Regional se informá sobre o loteamento, mandaro vortá só daqui seis meis. Acha que pode?

Zé
É, meu caro, o "Lotelino" é que tá co'a razão: ou o povo se une e enfrenta o bicho a unha, ou as escritura só vamo vê quando o Coríntia ficá campeão!

Tião
Uai, já num ficô compadre?

Zé
Já. Agora, a otra vez, só daqui vinte e três anos.

Tião
Vira essa boca pra lá, home. Vamo junto co povo gritá na Imobiliária e na Prefeitura.

Zé
S'imbora!

O diabo é que só sei contá até mil.

2º Ato

Coro
Somos povo, somos gente...

Loteador
Eu já disse: não tenho culpa nenhuma. A Imobiliária é que ficou encarregada de regularizar a documentação. Entendo perfeitamente a reclamação. Eu também se fosse um de vocês e estivesse na mesma situação, botaria a boca no mundo. É claro. Eu também sou gente, sou humano, sou católico, dou esmolas, ajudo a Igreja. Agora, não admito subversão. Enquanto que nós, ao lado do Governo, estamos trabalhando pelo bem do povo, esses agitadores só querem enganar vocês, tirar a tranqüilidade das famílias. Cuidado com esses padres, esses advogados, esses jornalistas que só criticam os ricos. Eu tenho culpa de ter vencido na vida e ser rico? Comigo não, vão reclamar na Imobiliária.

Coro:
*Senhora Imobiliária
O povo diz que a senhora
robô nosso dinheirinho e
não fez nada até agora.*

Imobiliária
Eu já avisei. Vocês não precisam vir aqui em bando. Da próxima vez só recebo cinco pessoas. Por que vocês não vêm um de cada vez? Eu prometo que mostro os protocolos, o número do processo, os requerimentos. Estão dizendo que o loteamento é clandestino. Tudo mentira: só tá faltando a aprovação da Prefeitura e o registro no Cartório. Só isso. Mais um mês e tudo tá resolvido. Por isso, escutem meu conselho, paguem direitinho as prestações e nada de atrasos. Quando atrasar, já viu. Agora, se vocês querem reclamar, podem ir reclamar com quem vocês quiserem, até pro cardeal. Não, pro cardeal não. É melhor vocês irem no Prefeito. A prefeitura é que é a culpada.

Coro:
Somos povo, somos gente.

Prefeitura
Meus filhos, vocês sabem que eu trabalho dia e noite pra vocês. Mas a cidade é muito grande — é muito nordestino vindo pra cá todo dia — e eu não posso fiscalizar tudo. Já pensaram no tempo que eu gasto pra fiscalizar só as obras do Metrô e dos grandes viadutos? Eu sei que deve ter muitos loteamentos clandestinos. Mas que posso fazer? A culpa é da Legislação. A multa é tão pequena — cr\$ 1.276,00 por km de rua aberta — que as Regionais nem lançam mais essa punição. Só dá trabalho. Ou não se acha o loteador, pois os loteamentos são “grilados” ou, quando acha, ele não paga. A única solução é vocês mesmos reclamarem seus direitos na Justiça. A Prefeitura, coitada, não pode fazer nada. A culpa é da legislação.

O povo todo
*D. Legislação!!!!
Uuuuuuuuuuuuu!!!*

3º Ato

Maria
Compadre, ocê já foi caçador alguma vez na vida? Já caçou coelho?

João
Claro, muié de Deus, claro. Eta bichinho ligeiro que só a peste.

Maria
Pois é isso que eu tô matutando: no que que é mais fácil acertá um tiro: num bichinho danado desse ou num elefante?

João
Chi, muié, ocê tá ficando ruim da cabeça? É claro que é no elefante; daquele tamanho, acerto até com bodoque.

Maria
Pois então: a Prefeitura falô que num consegue achá e multá os loteamento clandestino. Mas a minha casinha, que é deste tamanho, lá no meio do loteamento, eles acharo e lascaro a multa.

João
Acertaro no coelho, né comadre! E tem mais: ocê vai construí uma casinha de pobre, na base do mutirão, de fim de semana, logo o fiscal da Regional tá em cima, co'a multa. Agora, o loteador faz DEZ anos que tá lá, dando sopa, vendendo lote clandestino, e até hoje num acharo o home. Num é pra desconfiá?

Maria
Depois, essa conversa que a multa é muito pequena num cola não. Já pensô 1.276 cruzeiro por quilômetro de rua aberta clandestinamente todo meis? Só no São Rafael já dá uns trinta quilômetros de rua: trinta vezes 1.276, se a minha tabuada ainda tá boa, compadre, dá uns 40 milhão por mês. Isso aí, num ano, dá mais de 400 milhão. Acha pouco?

João
Isso só no São Rafael. Já pensô somando todo esses loteamento, a dinheirama que ia dá? É tanto zero que nem cabe na minha cabeça!

Maria
Por aí a gente vê que a Prefeitura não qué resolvê nosso problema.

João
Quem pode ajudá o povo é o próprio povo. Ô a gente arregaça as manga e começa a trabalhá pra mudá as coisa, ô tudo vai continuá do jeitinho que tá.

Maria
Mas já tem gente trabalhando: o negoço é participá dessas reuniões e dá uma mãozinha pras comissão do bairro.

João
Falando nisso, comadre, hoje num tem reunião lá na capela do Socorro?

Maria
É isso mesmo. S'imbora pra lá.

A ESTÓRIA DE MARIA JOSÉ E SUA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Maria José (casada, cinco filhos) nasceu em Mimoso, no Espírito Santo, e veio para o Rio de Janeiro com doze anos de idade em 1948. Trabalhou como empregada doméstica em várias casas do Rio. Voltou para sua terra aos quinze anos de idade, aos dezoito, casou-se com um lavrador. Porque eram explorados na fazenda em que seu marido trabalhava, resolveram voltar para o Rio. Ele trabalhou como servente de pedreiro e ela como doméstica. Moraram na favela em Santa Teresa — Morro da Coroa — e fizeram um trabalho de associação de moradores. Em 1957, conseguiram unir as pessoas para reivindicar água e luz, valas cimentadas, posto policial, telefone. Moraram nessa favela durante treze anos e formaram também um Clube de Mães onde se fazia corte e costura, cursos de culinária, etc.

Em 1968 mudaram para a Penha, o marido abriu aí um pequeno comércio, na favela, e em 1978 saíram de lá por causa da educação dos filhos já crescidos. Foram morar no Guandu onde estão até hoje.

Maria José, conte para nós um pouco da sua experiência no Guandu?

Quando chegamos no Guandu, não havia nada. Apenas terra e capim e poucas pessoas. Sentimos necessidade de construir uma igreja, pois não havia nenhuma. A firma em que eu trabalhava e que loteava as terras nos cedeu dois lotes. Fizemos muita coisa para arrecadar dinheiro: quadrilha, bloco de carnaval — A Flor dos Beijoqueiros.

Através deste movimento surgiu a necessidade de se fazer alguma coisa para melhorar a condição de vida do bairro.

E como eram as condições de vida do bairro?

No caso da água, por exemplo. Não tínhamos água, só água de esgoto podre e infecta. E o pessoal para apanhar água tinha que levar uma borracha e um barril. Mas quando o pessoal botava o barril no carrinho de mão já estava coberto com a água suja. O pessoal pegava água misturada com esgoto e era a água que o pessoal tinha para beber. A água do poço era enfeijada e não dava para fazer nada. Houve vários casos de hepatite e além disso as pessoas lavavam roupa naquela água suja.

E então?

Então resolvemos que aquela situação não podia continuar. Reunimos o pessoal para fazermos uma associação.

Estava começado o movimento para a criação da Associação de Bairro. Conte-nos um pouco como foi.

Em julho, tem a festa do Divino que é o padroeiro da nossa igreja. Aproveitamos esta festa e reunimos o pessoal para formarmos a nossa associação. Primeiro, fizemos um abaixo-assinado em 1973 para o ponto de água. No departamento de água nos disseram que não podiam dar água para o Estado do Rio só para a Guanabara e que não tínhamos um órgão responsável

para acompanhar o processo. Conversamos com os moradores e conseguimos dezoito pessoas para a diretoria. Depois juntamos mais trinta e seis sócios e começamos a dar entrada na papelada. Durante este tempo o pessoal foi pagando a quantia de cinquenta cruzeiros para entrar de sócio. Quando já estava preparado o estatuto para ser registrado, houve um problema. Um dos moradores me denunciou dizendo que eu fazia reuniões clandestinas, subversivas. Deu parte na Marinha e eu fui chamada para depor. Fui lá e provei com documentos que estávamos procurando melhorias no bairro e criando a Associação de Bairro e que as denúncias que fizeram não tinha nada a ver. Me liberaram e continuamos nosso trabalho.

Como continuou?

Arrecadamos numa base de cem sócios, fizemos um requerimento e demos entrada na CEDAE. O primeiro requerimento desapareceu lá dentro. Fizemos um segundo que foi aprovado mas veio dizendo que não havia condição de colocar água no bairro porque a adutora não havia sido planejada.

Dai vocês desanimaram.

Que nada! Investigamos todas as secretarias de água e todos os departamentos e foi em vão. Conseguimos com a união dos moradores comprar água sem a permissão da CEDAE. Depois de vinte dias eles cortaram a água. Nossa associação é composta de cinco bairros com média de quinhentos sócios. Resolvemos levar nosso pedido até o Governador Faria Lima. Ele prometeu mandar religar nossa água em vinte e quatro horas e nos dar uma rede. Pois não é que cumpriu? Nossa água foi religada e tivemos uma rede para a rua.



Uma vitória, não é?

Uma alegria enorme. A associação com isto cresceu, o pessoal tomou força e fomos lutando por outros tipos de melhoramentos. No princípio estávamos conseguindo máquinas para cortar e aterrar as ruas. Depois mudou a prefeitura e não conseguimos mais nada.

E a associação?

Foi fundada finalmente em 8 de julho de 1976. Havia muitas promessas de políticos que após as eleições nada faziam. O pessoal foi-se desiludindo deles e agora ninguém quer mais saber deles. Começamos no Parque Flora e depois foi aumentando. Em 1978 já estávamos em trinta e quatro bairros. E nossa consciência de que não podíamos contar com os políticos foi crescendo. A gente pagava impostos e não recebíamos nada da Prefeitura. Daí resolvemos fazer uma assembléia onde apareceram oitocentas pessoas. Nela o povo levou faixas e cartazes que diziam: "Pedimos água e entramos pelo cano"!

Continuamos a nossa luta e o pessoal político nos engabelando. As mesmas tapeações e as mesmas promessas. Percebemos que a assembléia dos oitocentos não havia adiantado nada. Quase depois de um ano dela, resolvemos fazer uma outra de protesto. Nesta apareceram três mil e foi no dia 15 de julho de 1979. E continuamos a nossa luta. Idas e vindas na prefeitura e mais e mais promessas. Mas tudo isto foi ajudando as pessoas dos bairros a começarem a descobrir que eles podiam-se juntar e lutar conosco.

Como vocês fazem?

Para formar um conselho de representantes cada bairro tem que eleger seu conselheiro e seu suplente. O bairro que tiver vinte pessoas que possam votar escolhe então seu conselheiro e suplente. Houve várias reuniões e eleições em setenta bairros. Elegiam seus

conselhos de representantes e em outra assembléia se escolhia seu representante e em seguida se formava a coordenação. A coordenação vai ser o órgão executivo e o conselho vai aprovar ou desaprovar as idéias da coordenação. Qualquer trabalho ou atitude da coordenação vai ser liberado pelo conselho de representantes. O conselho vai funcionar durante um ano.

Você participa da coordenação?

Eu participo da coordenação e sou representante do conselho.

E a sua atuação junto à pastoral operária?

Participo nela desde que vim para Nova Iguaçu. É um trabalho que fazemos exclusivamente com operários. Nosso trabalho é um trabalho de Igreja e abrange grande parte de Nova Iguaçu e quase toda a Baixada Fluminense. É um trabalho de pastoral. De conscientização operária.

Em que consiste esse trabalho?

Consiste em promover o operário, em descobrir o seu valor como homem que é e exigir para a sua família melhores condições de vida.

Como você consegue juntar sua participação na pastoral operária e no movimento Amigos de Bairro?

Eu acho que as duas coisas para mim são uma coisa só. Uma que luta pela reivindicação das melhorias do bairro onde moram os operários e a outra que luta por melhores condições salariais e de vida.

O movimento da pastoral operária é da Diocese?

É da Diocese e apoiado por D. Adriano Hipolyto.

E a luta pelos transportes?

Esta luta começamos em fevereiro de 79. Apresentamos um processo no DTC (Departamento de Transportes Coletivos) e estamos acompanhando. Queremos uma linha de ônibus e uma nova tarifa, pois, com a tarifa única, as crianças não têm condições de ir para a escola. E me digam, qual o pai que ganha para poder pagar o preço destas passagens? E então muitas crianças ficam sem escola.

Como você conseguiu coordenar seu trabalho com o povo e as exigências dos seus filhos?

Não foi fácil, todo mundo sabe que é muito difícil coordenar casa, filho, família e coordenar um trabalho de comunidade. Coordenar o MAB como a gente tem aí, a gente tem que se dividir por dez. Meu trabalho profissional fora muitas vezes me faz sentir que não vou agüentar mais. Tem ainda a incompreensão do povo e onde a gente tem que ficar explicando o tempo todo. Tem que ter calma e paciência para explicar que esta luta é assim mesmo, difícil. E não tem sido fácil coordenar as coisas. Mas quem está numa luta de trabalho sabe que a gente não pode parar mesmo.

Se eu for só cuidar da minha casa, as outras coisas ficam pendentes.

E se eu for cuidar só das outras coisas, minha casa fica pendente. Temos mesmo é que nos dividir para contornar uma coisa e outra.

Você tem recebido ajuda da vizinhança para desenvolver o seu trabalho?

Tenho encontrado. Se não fosse a grande ajuda não teríamos conseguido o que temos hoje. Agora, por exemplo, na comunidade, estamos construindo um posto médico e policial. Já está quase pronta a laje. E a nova sede da Associação está sendo construída pelo pessoal. Uns dão mão-de-obra, outros ajudam com dinheiro do pedreiro. Está sendo tudo feito pelo povo.

O amor libertador e transformador de Cristo no contexto latino-americano

Silvio Meincke

Palestra proferida no Congresso Luterano Latinoamericano, realizado em Bogotá, Colômbia, nos dias 15 a 23 de agosto de 1980.

INTRODUÇÃO

Estou feliz, por ver, no nosso roteiro de trabalho, este espaço, em que lembramos o contexto latino-americano, no qual somos desafiados a viabilizar a nossa tarefa missionária. Em congressos como este que aqui realizamos, sempre corremos o risco de voar, a 10 ou 12 mil metros de altura, por sobre o contexto, reunir-nos longe do mesmo e, abstraídos dele, tecer as nossas reflexões. Penso que temos caído demasiadamente no erro de pregar um Evangelho não contextual, não encarnado, quando o mesmo quer tornar-se chão, poeira e suor, no contexto específico de cada situação histórica. Entendo o Evangelho como sendo dinâmico como a própria vida e não o vejo como uma verdade estanque, em fórmulas imutáveis, que pudessem ser aplicadas, sempre iguais, nas mais diferentes situações de contexto. O que é atualização do Evangelho em determinado contexto não o precisa ser necessariamente em outro contexto.

Sei da infinidade de enfoques que se poderia dar numa análise ampla do contexto latino-americano. Não pretendo chegar a tanto nesta palestra, por três motivos:

Primeiro, porque o palestrante que me antecedeu já procedeu a essa análise.

Segundo, porque quem tem olhos e coração para ver e sentir as coisas, sabe das grandes contradições da sociedade latino-americana, em relação à riqueza e pobreza, progresso e subdesenvolvimento, luxo e miséria.

Terceiro, porque a experiência me ensinou que é a sensibilidade e a misericórdia que fazem ver a realidade e não o arrolamento de muitos dados. Quem anda de olhos e coração atentos sabe dos privilégios das classes dominantes e do sofrimento das largas camadas do povo dominado, justamente por causa dos privilégios daqueles. Sabe também das áreas em que mais se expressam essas contradições, como sejam, a injusta distribuição da terra, a aberrante distribuição da renda, a impossibilidade das maiorias de usufruírem do acesso às escolas e de participarem nas decisões que regem a convivência das pessoas. Entre as muitas realidades contextuais, de norte a sul do continente, creio serem estas as mais típicas e mais generalizadas em todos os países que compõem a América, Latina.

Neste contexto vejo como prioritário em nossa missão evangélico-luterana a proclamação do amor, revelado em Jesus Cristo, que liberta e transforma.



TESE I

As normas e as leis que regem o relacionamento das pessoas nas sociedades latino-americanas, quando não baseadas no amor, devem ser mudadas e transformadas, sob a força do amor, que é a quintessência da ética cristã.

A norma ética máxima do Evangelho é o amor. Penso que não haja dúvidas a esse respeito. Nem mesmo será preciso delongar-me em muitos argumentos para fundamentar essa afirmação. Basta ouvir o próprio Cristo e os seus apóstolos:

Veja: Mt 22.34-40; Gl 5.6 e 5.13-14; Rm 13.8-10; I Co 13.1-13; I Jo 3.11-18 e 4.7-21; Cl 3.14 (e muitas outras passagens).

Impressiona a realidade dessas palavras. As palavras do Novo Testamento que falam do amor são sempre radicais, absolutas, últimas e não deixam alternativas. O amor é a norma ética máxima e engloba, expressa, resume toda a ética cristã. A prática do amor é a própria essência da vivência cristã, a própria essência da resposta da fé que se compromete com a orientação do Evangelho de Jesus Cristo. Disse bem Agostinho: "Ama e faze o que queres".

Assim sendo a nossa missão, a nossa tarefa evangelizadora, será a viabilização da vivência do amor no contexto em que vivemos. Como evangelizadores devemos, nós mesmos, antes de mais nada viver o amor, para então viabilizar esse mesmo amor. Para isto devemos encontrar recursos didáticos para levar aos evangelizando o amor, e formas litúrgicas para com eles celebrar o amor.

Concluimos que o amor cristão é tanto barômetro para avaliação, análise, crítica e julgamento do contexto, quanto força atuante para moldá-lo e transformá-lo.

TESE II

Amor cristão é comprometimento que se identifica com o próximo, em suas alegrias, frustrações, necessidades e expectativas e nos move para uma tomada de posição em favor dele.

Vejo no Evangelho o amor compreendido como ação, tomada de posição, decisão, envolvimento, comprometimento e empenho em favor do outro. Não o vejo, portanto, como simples contemplação, enlevo e sentimento. O amor é ação e pode ser luta: "Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a própria vida em favor dos amigos" (Jo 15.13). "Sede servos uns dos outros pelo amor" (Gl 5.13). Cristo mesmo, ao andar pela Palestina, caminhava muito, para ir ao encontro dos que por ele esperavam, para compreender os que haviam tropeçado, para conversar com os que estavam sós, para curar os doentes, para integrar os marginalizados. E tomou partido, claramente, em favor dos pequenos. Entrou em Jerusalém montado num humilde burrico e os seus inimigos estavam nos palácios.

Repetindo: O amor que Cristo nos ensina não é apenas contemplação, enlevo ou sentimento. É muito antes ação que beneficia o outro, principalmente o que sofre.

TESE III

Somos desafiados a encontrar caminhos para a vivência do amor, que ultrapassa o nível do relacionamento de indivíduo para indivíduo, porque dentro da realidade latino-americana o desamor se sistematizou, estruturou, legalizou e oficializou nas normas que regem o relacionamento de grupos e coletividades.

O egoísmo e o desamor são frutos do afastamento de Deus; são frutos da tentativa do homem de ser o seu próprio senhor; são frutos do ato de comer a fruta da árvore do conhecimento do bem e do mal, para ser igual a Deus (conforme o expressa Gênesis). Mas a expressão do desamor não se restringe aos atos de desamor isolados e individuais, porque os indivíduos se organizam em grupos e classes. Nesta organização estruturam, legalizam e oficializam os seus interesses, os seus privilégios, as suas vantagens, nas leis, nas normas, nos modelos econômicos, políticos e sociais que criam. Nesta estruturação dos interesses levam vantagens e têm sucesso os grupos que detêm o poder, que têm condições de influir nas leis, que têm força para fazer valer sua vontade de participar nas decisões, seja pelo preparo intelectual, seja pelo poder das armas. Na América Latina de maneira geral, grita aos olhos o poder das minorias privilegiadas que garantem os seus privilégios às custas das majorias sem vez e sem voz.

Existe um vasto consenso hoje na América Latina de que a pobreza e a miséria de milhões não é culpa de Deus ou da natureza, como se Deus não tivesse brindado abundantemente a natureza com toda sorte de riquezas. Há consenso em que o sofrimento das maiorias pobres é fruto do pecado do desamor, praticado por aqueles que têm a força para organizar a sociedade e o fazem em proveito próprio; pecado da minoria dominante, quando os mais fortes, os

mais inteligentes, os mais rápidos, os mais inescrupulosos, os mais egoístas correm mais rapidamente e abocanham para si (por meio das leis que fazem e por meio do modelo econômico que edificam, e não raras vezes defendem com armas e golpes-de-estado) as maiores fatias das riquezas que Deus colocou no mundo para benefício de todos os seus filhos, deixando eles apenas as migalhas para as massas famintas.

Se Cristo se tornou pobre, não o fez para idealizar a pobreza, mas sim para condená-la e vencê-la. A pobreza como resultado do desamor institucionalizado aparece na Bíblia como escândalo, como ofensa a Deus, como pecado, que deve ser vencido, por ser contrário à vontade de Deus. Cristo tornou-se pobre para mostrar a pobreza como um mal que deve ser eliminado pela força do amor que muda as coisas erradas e injustas. E a sua ressurreição foi a vitória também sobre essa expressão da morte, que se instala na vida das pessoas e que se chama miséria.

Portanto, a nossa tarefa missionária, baseada no amor que brota da fé, é a opção clara, dentro do contexto latino-americano, em favor dos mais carentes de amor; é o apoio decidido aos que não têm vez e nem voz; é a luta contra as causas geradoras do sofrimento dos mais carentes.

TESE IV

O amor é uma dádiva que recebemos pela mão estendida da fé.

A fé nos diz que somos amados e que estamos guardados, aconteça o que acontecer, até mesmo acontecendo a morte. A fé nos diz que Cristo já andou todos os caminhos da existência humana e que, por isso mesmo, quer ser o nosso companheiro de jornada, seja qual for o caminho que teremos que andar. A fé nos diz que nada pode separar-nos do amor de Deus (Rm 8.31). Esta fé, que confia, liberta-nos da preocupação terrível e exagerada que temos para com nós mesmos. Já não precisamos guardar-nos, garantir-nos, justificar-nos a nós mesmos, porque outro nos guarda, nos garante, nos justifica.

Assim sendo a fé nos liberta da necessidade de girarmos em torno de nós mesmos, de voltarmos os nossos sentimentos e nossos olhos somente para nós mesmos, de nos preocuparmos somente com as nossas próprias cargas, de defendermos só o que é nosso, de ficarmos sempre com a última palavra, de defendermos o modelo econômico que nos garante os nossos privilégios, de votarmos no candidato que defende a nossa classe de privilegiados.

A fé, que confia, liberta-nos assim de nós mesmos e nos dispõe a nos colocarmos a serviço do outro. Por isso a capacitação para o amor é uma dádiva que recebemos pela mão estendida e vazia da fé que confia. O amor vence em nós o egocentrismo, quando a fé nos diz que Deus nos ama (Cf. I João 4).

Portanto, o amor não é uma questão de força de vontade, de autodisciplina, de autoaperfeiçoamento e também não de merecimento; não é criação nossa, não podemos produ-

zi-lo em nós. É dádiva que recebemos sola gratia, gratuitamente, unicamente pela fé que confia — sola fide. Quem quer amar deve antes aprender a confiar pela fé, para que seja libertado de si mesmo e possa enxergar o outro.

Isto nos ensina que, na nossa missão, na nossa tarefa evangelizadora, dentro do contexto latino-americano, dentro de um contexto que deve ser mudado, antes de mais nada é preciso que nós mesmos experimentemos o amor libertador de Cristo e que, a partir dessa experiência, viabilizemos a experiência libertadora do amor para aqueles que queremos evangelizar; que canalizemos a vivência desse amor libertador na nossa prática pastoral; que o canalizemos para o engajamento dos libertos na transformação do contexto sócio-político-econômico, determinado pelo desamor.

É nossa missão crescer no amor e nele fazer crescer; viabilizar o amor; celebrar liturgicamente o amor; descobrir recursos didáticos para o ensino prático e contextual do amor; oferecer instrumentos de avaliação do desamor institucionalizado sob a luz dos critérios do amor.

Quem melhor que os cristãos libertos haverá de ter condições para viabilizar uma civilização baseada no amor? Na verdade ninguém se diz contrário ao amor. Todos dizem fazer as coisas por amor e todos concordam que o amor é o melhor que se pode fazer. O problema reside na libertação para o amor.

TESE V

Diferentes concepções teológicas determinam a vivência da fé e a prática pastoral das diferentes congregações luteranas na América Latina. Para viabilizar o amor transformador é imprescindível que a fé recorra ao instrumental de análise do contexto, recurso não admitido por todas as linhas de pensamento teológico.

Sei que as diferentes concepções teológicas nem sempre aparecem nas congregações locais de forma pura, mas as perpassam e se mesclam, com predomínio ora de uma, ora de outra. Não quero aqui fazer uma análise aprofundada das diferentes concepções, mas quero apenas destacar alguns aspectos da prática pastoral de algumas delas e que julgo importantes para a nossa reflexão. Atrevo-me a dar nomes a estas diferentes formas de prática pastoral, ciente de que possam mais ser apelidos do que nomes concretos, que os saibam definir acertadamente.

a) A pastoral paternalista — assistencial.

Dentro dessa concepção a igreja se coloca ao lado da classe dominante, prestigia seus governantes e oferece-lhes o seu apoio, em troca de alguma ajuda na construção de capelas, escolas, creches; em troca de esmolas e alguma assistência paternalista aos mais necessitados. A classe dominante afirma-se cristã, para legitimar o seu poder, dentro de um contexto dito cristão. Por meio dessa pastoral, conseguem-se sempre juntar algumas migalhas de pretenso amor, mas a estrutura da convivência humana permanece determinada pelo desamor; remenda-se a pobreza, mas não se desmonta a máquina geradora da pobreza. Em última análise é esta a pastoral que mais convém à classe dominante, para manutenção dos seus privilégios, gerados pelo desamor. A igreja, ingênua ou proposadamente, lhe serve de instrumento.

b) A pastoral individualista — angelical.

Em atitudes escapistas usa a fé religiosa como anestésico para os males da vida, numa pastoral-fuga, que esquece a terra e olha somente para o céu, convidando os pobres a se conformarem com a miséria — como se ela fosse vontade de Deus e não pecado do homem — atrofia a consciência crítica que, estivesse a serviço e fosse instrumento do amor, poderia gerar mudanças. Entende como solução da miséria a conversão para um mundo angelical, distante da vida dos conflitos, onde o indivíduo convertido terá assistência espiritual e material por parte da congregação. Efetivamente ajuda pessoas a se erguerem por esse caminho, mas sempre individualmente, e jamais questiona as causas geradoras da miséria.

Eticamente volta a sua preocupação para proibições moralistas e não tem olhos para detectar o pecado social. Não admite instrumentos de análise de contexto, já que afirma que a Bíblia é o único material de leitura do cristão. Dentro da sua passividade e sujeição serve perfeitamente à manutenção do desamor, ainda que tudo se queira fazer em nome do amor.

c) A pastoral engajada — transformadora.

Adota a reflexão pastoral crítica, em relação à organização da sociedade e procura detectar as causas geradoras do desamor; recorre ao instrumental de análises econômicas, sociológicas, históricas e políticas para, com base nelas, mas acima delas, interpretar as contradições da sociedade, à luz da vontade de Deus. Interpretando-as e analisando as suas causas, procura vencê-las e transformá-las pelo engajamento de todos os envolvidos.

Sou de opinião de que na nossa prática do amor não podemos prescindir do espírito crítico de análise do contexto, sob o risco de praticarmos ingenuamente o desamor em nome do amor. Diabolicamente o desamor toma a aparência do amor, a tal ponto que os maiores vilões da nossa história pretensamente agem em nome do amor; a tal ponto que os mais cruéis ditadores e transgressores dos direitos humanos na América Latina praticam os seus desatinos em nome da tradição cristã ocidental. Se queremos vencer pelo amor o desamor legalizado nas normas e leis que sustentam a nossa estrutura social, então devemos conhecer essas normas e leis, analisá-las e avaliá-las com o critério do amor. Devemos estudar e conhecer as artimanhas do desamor. Sem isso seremos apenas ingênuos e cumpriremos pela metade o mandamento de Cristo, quando ele diz que sejamos mansos como as pombas, sim, mas não deixemos de ser espertos como as cobras. Todo posicionamento que prega a neutralidade ou a fuga dos conflitos diante das regras que regem a sociedade em que vivemos, está na verdade convidando para o apoio das mesmas. Quem prega o amor, sem analisar as artimanhas do desamor é ingênuo e se coloca a serviço justamente do desamor. Karl Barth, penso eu, quis dizer isso, quando recomendou que se lesse a Bíblia numa das mãos, sem deixar de ter o jornal na outra.

Esta análise nos ajuda também a distinguir entre as migalhas de amor que praticamos na forma de esmolas e campanhas de agasalho, pelas quais tanto gostam de promover-se as primeiras damas da nossa sociedade, e o amor em doses maciças, que liberta e transforma o que foi criado e edificado pelo desamor.

TESE VI

A prática do amor libertador e transformador só se realiza na organização dos fracos e injustiçados para a conquista dos direitos que esse amor lhes concede.

Não falo dos direitos que as leis dos homens garantem aos fracos, mas que o amor revelado em Cristo lhes garante, porque as leis foram elaboradas pela irredutível classe dominante, muitas vezes com o recurso de golpes, ditaduras assassinas, canhões e torturas. É o amor e não a lei feita pelos opressores que deve dizer-nos qual o direito do pequeno sobre a terra que é de Deus; sobre as riquezas que a classe dominante esbanja.



Iludimo-nos duplamente, quando confiamos demais apenas na pregação da Palavra do púlpito. Iludimo-nos:

— em primeiro lugar, porque pensamos que a nossa pregação possa estimular o idealismo nos fortes, no sentido de atuarem de maneira transformadora sobre a sociedade que lhes garante os seus privilégios. A realidade nos mostra que isto nunca ocorre. Além disso os verdadeiros articuladores do poder só entram na igreja em missas festivas ou para granjear votos. Quem há de transformar as regras do jogo não são aqueles que as criaram.

— em segundo lugar nos iludimos, porque nos esquecemos de que, entre o Evangelho de Cristo e o ouvinte está o pregador. Pode ser verdade que a Palavra não volta vazia, mas entre essa Palavra e a terra fértil, onde deve ser lançada, estão as falhas e as fraquezas, a ideologia e a monotonia de quem prega.

Por isso tudo a nossa missão, no contexto injusto que nos cerca, é que tomemos claramente o partido dos fracos e oprimidos, os ajudemos a se organizarem, e dentro dessa organização, plantemos a semente do amor, para uma luta limpa, não violenta, evangélica; ajudemos o oprimido a escrever a sua história pelas suas mãos e não pela mão do opressor; e que essas mãos sejam guiadas pelo amor libertador e transformador de Cristo.

Um trabalho de evangelização assim concebido, além de ser uma expressão concreta de amor para com os fracos e além de proporcionar uma vivência concreta de amor entre eles, será também um meio, pelo qual levaremos o opressor mais facilmente à reflexão, do que apenas pela nossa pregação de púlpito.

Lembro-me do conhecido provérbio que diz: “Não dê o peixe, ensina a pescar”. Concordo com esse provérbio, desde que analisemos o que exatamente significa ensinar a pescar, dentro do nosso contexto latino-americano, pois o “rio das riquezas” na América Latina está ocupado. Ocupado por poucos, que tomaram todo o espaço para si e o guardam com leis de concentração de renda, arrocho salarial, ideologias de segurança nacional, golpes-de-estado, corrupção, mordomias e mil outras artimanhas. Agora mesmo nos chegam as notícias de El Salvador, Guatemala e Bolívia. A história sempre se repete com esses golpes: um grupo de opressores se une, com armas em punho, ou seja, com a ajuda dos militares, faz o governo que lhes convém, ainda que, para isso necessitem derrubar à força um governo legitimamente eleito. O rio das riquezas está, pois, ocupado por esses poucos. Nas mesmas haveria lugar para todos, se os poucos não tomassem para si tanto espaço e impedissem o acesso dos muitos. Deus colocou nessa terra riquezas para todos os seus filhos. Se muitos não têm acesso, não é porque elas não existem em abundância, mas sim, porque os fortes não permitem acesso aos fracos e abocanham as riquezas todas para si, deixando aos fracos apenas as migalhas. Ensinar a pescar, nesta situação, significa organizar os fracos, para que se unam e conquistem o seu espaço junto ao rio das riquezas latino-americanas.

A história nos mostra que a classe dominante, que tem a faca e o queijo na mão, não distribui fatias voluntariamente e muito menos por amor e idealismo. É preciso que os fracos conquistem a sua fatia, por meio da sua organização, da sua força de barganha, dos seus recursos de exercer pressão sobre as leis e as normas que determinam a injusta organização social. Nossa missão evangelizadora será ajudá-los a conquistar os direitos que o amor lhes concede e que o façam orientados pela Palavra daquele que confessamos como o nosso Senhor. O amor de Cristo dá direitos e procura justamente os fracos, os que tropeçam na jornada da vida, os que vivem à margem, os que não têm forças, não têm voz, não têm vez. Já na Palestina os inimigos de Cristo eram os que faziam as leis e viviam nos palácios.

Para começar deveríamos nos unir, na medida do possível, e vencer a nossa dispersividade; unir-nos entre nós nos nossos propósitos e unir-nos às outras igrejas cristãs, que conosco compartilham os mesmos propósitos.

Devíamos também crescer na aprendizagem de sermos menos abstratos na nossa pregação do amor, do perdão, da justiça, para tornar-nos mais e mais concretos e contextuais nos nossos propósitos; devíamos crescer na capacidade de desenvolver uma pastoral menos abstrata, a-temporal e estéril.

Em tudo isso devemos descobrir caminhos para construir em cima de unanimidade na aceitação do amor como norma ética máxima da cristandade e em cima da grande reserva cristã do povo latino-americano.

Nós, por último, devíamos sempre solidarizar-nos com os expoentes nessa luta, não os deixando sozinhos, quando acusados e caluniados de subversivos e comunistas, as pechas prediletas atiradas pelas classes dominantes sobre os que realmente se engajam pelo amor libertador e transformador.

Carta às Igrejas e aos Cristãos da América Latina

Graças e Paz a vós no Senhor Jesus Cristo!

Um grupo de cristãos de diversos países da América Latina, — representantes de muitas igrejas, de grupos eclesiais e de programas de serviço, dando continuidade a um longo processo de trabalho e reflexão — nos reunimos, convocados pela Comissão de Ajuda Intereclesiástica, Serviço Mundial e Refugiados e pela Comissão para a Participação das Igrejas no Desenvolvimento, do Conselho Mundial das Igrejas, entre os dias 20 e 26 de setembro em Itaici, Brasil. Ao fim da nossa reunião queremos partilhar convosco os aspectos mais importantes dos trabalhos realizados durante esses dias em que repartimos nossas celebrações ao Senhor e as análises sobre nossas tarefas.

Procurando, com muita humildade e arrependimento, "ouvir o que o Espírito diz hoje às igrejas" (Ap 2.7), pensamos de maneira comunitária sobre nossa participação como cristãos no conflituoso e sofrido — mas também cheio de esperanças — processo histórico que vivem nossos povos da América Latina.

Baseados no estudo e nos ensinamentos das Sagradas Escrituras, na análise crítica da realidade do nosso Continente, e na prática de muitas comunidades cristãs, enfatizamos a urgência com que as igrejas devem realizar sua missão em função dos setores populares (operários, camponeses, índios, negros e outros oprimidos). Neste contexto e nesta perspectiva pastoral é que somos

desafiados a colaborar na construção de uma sociedade onde a justiça seja o fundamento principal e onde a ganância e a cobiça dos seres humanos vá desaparecendo. Sentimos que hoje somos chamados a juntar forças com os que lutam contra estruturas e sistemas que institucionalizam a exploração do homem pelo homem, de minorias sobre maiorias. Estamos convencidos que este desafio é irreversível para as igrejas e para os cristãos latino-americanos: ele mesmo exige uma tomada de consciência de que dar testemunho de Jesus Cristo hoje na América Latina é unir-se ao povo em sua caminhada de libertação e busca de justiça. Graças a Deus algumas realizações e compromissos assumidos por um certo número de setores das comunidades cristãs nos nossos países constituem já para todos nós que compomos o povo de Deus, sinais de esperança, de questionamento e de renovação.

A situação de pobreza, de violência e de injustiça que padecem milhões de latino-americanos é como um clamor que não pode ser ensurdecido pelos que confessam Jesus Cristo como Senhor e Salvador (Êx 3.9), assim como por todos os que batalham pela construção de uma sociedade mais justa e mais participante. A crescente conscientização da necessidade de transformações estruturais em nossas sociedades, com suas conseqüentes manifestações de luta em todo o Continente, constitui sem dúvida o evento histórico mais importante dos últimos tempos. Frente a tal avanço dos setores populares em sua busca de justiça e participação social, pode-se observar um aumento e diversificação

de novas formas de repressão e exploração; em quase todos os países de nosso Continente constituíram-se governos autoritários que não titubeiam no exercício de uma extrema violência contra os setores populares e que favorecem a formulação de projetos econômicos que beneficiam principalmente os setores ricos e dominantes.

Esta situação questiona os programas e projetos através dos quais as igrejas procuram participar no desenvolvimento, obrigando a uma revisão deste mesmo conceito que se produziu e que geralmente continua sendo julgado do ponto de vista de quem exerce o poder. É nossa convicção de que o sujeito do desenvolvimento são os próprios setores populares e, em conseqüência disto, tais programas e formulações necessariamente devem ser concebidos a partir da ótica e da prática histórica dos pobres e oprimidos. Muitas vezes as igrejas se equivocaram ao legitimar programas que — em última instância — fortalecem os mecanismos de opressão imperantes apesar de suas aparências humanitárias. Por isso mesmo chamamos a atenção para o fato de que, sem uma autêntica participação popular em todos os níveis dos programas e projetos de participação no desenvolvimento, que é o que assegura a possibilidade de construir uma sociedade justa e humana, a ação das igrejas não pode ser considerada como uma expressão evangélica. Isto conduz a uma ruptura com estruturas vigentes de dominação: só assim se podem perceber os sinais da presença do Reino de Deus e sua justiça em nosso processo histórico.

No meio das presentes circunstâncias, olhamos, com profundo respeito e até com admiração, as múltiplas manifestações da vida religiosa do povo latino-americano, que soube e sabe expressar-se através delas com uma força e criatividade renovadas. No meio deste povo, entendendo que as igrejas não podem dirigir os movimentos que nossos povos vão plasmando, sentimo-nos desafiados a aprender a caminhar com os pobres e oprimidos da América Latina, a escutá-los e a contribuir para seus esforços com a palavra de esperança que nos oferece a mensagem evangélica, participando de suas lutas e pondo também nossos recursos à sua disposição. Constatamos que — assim como desafiaram e desafiam as forças dos grupos hegemônicos — os movimentos que o povo põe em marcha constituem motivos de renovação e inspiração para as igrejas. Como cristãos experimentamos que, na construção do Reino de Deus, os pobres e desprezados desempenham papel de protagonistas, e este fato, real na história presente da América Latina, sensibiliza todo o povo de Deus, Igrejas e comunidades eclesiais.

Com força renovada sentimos o chamado de Deus à unidade; sem dúvida, também percebemos que esse chamado requer uma redefinição do ecumenismo na América Latina. Tomamos consciência de que o processo de unidade tem que ser entendido com amplitude, reunindo os esforços de todos para estarem juntos e lutarem por um mundo novo. Este

movimento deve ser orientado a partir dos pobres, dos oprimidos, o que exige transcender o âmbito estreito da unidade das igrejas. É a opção evangélica pelos pobres e oprimidos que passa a constituir o fator preponderantemente gerador pelo qual Jesus Cristo chama à unidade de gênero humano.

Para que o movimento ecumênico dê frutos duradouros, deve estar orientado pelo cumprimento daquelas tarefas que se destinam a responder às necessidades dos pobres e explorados. Assim compreendido, o movimento ecumênico se abre aos que recebem a herança do Reino. O movimento ecumênico caminha então para um ponto no qual Deus nos convoca ao encontro com outros homens e mulheres, sobretudo com aqueles que sofrem injustiça, opressão e marginalização por parte dos poderosos.

Reconhecemos, com gratidão, o esforço e a contribuição que o movimento ecumênico deu à América Latina, e, ao nos sentirmos herdeiros de sua trajetória, também compreendemos que é necessário repensar a tarefa ecumênica, especialmente à luz do novo momento histórico que atravessamos. Assim é que valorizamos as forças evangélicas que se consagram ao serviço das classes populares.

Parece-nos necessário o redescobrimto atual e contextual do espírito da Reforma, que se

caracteriza pelo livre exame das Sagradas Escrituras, pela defesa da liberdade de pensamento, de expressão e organização, as quais somente podem ser vividas, hoje, por meio de um compromisso político com os pobres e oprimidos dos nossos povos. Tudo isto chama a uma releitura de nossas tradições. Ela deve fazer-se a partir da convicção de que nossa fé e fidelidade ao Senhor Jesus Cristo deve manifestar-se claramente através de uma ação solidária com os pobres e oprimidos.

Queridas igrejas, queridas irmãs e queridos irmãos: no meio das dificuldades, da violência e da morte que tanto entristecem e nos enchem de dor, percebemos, em todos os povos latino-americanos, os sinais de que o braço enérgico de Deus "que destrona os poderosos e sacia os humildes" (Lc 1.52) está atuando com força no seio de nossos povos. Ao nos unirmos a essa ação do Senhor, nos sentimos chamados a partilhar convosco esta oportunidade. Trata-se, nada mais nada menos, do que coparticipar no caminhar até o Reino de Deus.

Que o Espírito de Deus e seu poder os fortaleça. E que a paz e a justiça de Deus cheguem a todos. É com este amor fraternal que vos saudamos.

Em Itaici, Brasil, 26 de setembro de 1980.



Carta dos lavradores do Triângulo Mineiro



Nós, trabalhadores rurais do Triângulo Mineiro: bóias-frias, vaqueiros, pequenos proprietários, reunidos no "Oásis" para discutir os nossos problemas, decidimos juntos mandar uma carta contando nossa situação.

Nós, bóias-frias, levantamos até às 4 horas da manhã para preparar nossa comida e pegar o caminhão, andando até 59 quilômetros para chegar nas lavouras de algodão, café, plantação de eucalipto, pinho, abacaxi e usina de cana.

Vivemos nas invasões, beira à cidade em barracos de palha, de capim ou de plástico, sem água, sem luz.

Viajamos em caminhões, igual à criação, descobertos, chegando a até 80 pessoas. Pior que sardinha, porque elas têm embalagem. Não temos horário para chegar em casa.

Quando tem trabalho (passamos na entre-safra a maior fome e precisão) e, de acordo com a precisão do patrão, conseguimos ganhar de Cr\$ 100 e até Cr\$ 120,00 por dia.

Não temos boa saúde porque não comemos bem. Não temos casa, nem condições de melhorar.

Nossos filhos são obrigados a trabalhar, não podendo estudar. Não temos carteira assinada e, no hospital, só somos atendidos quando estamos à morte, como indigentes.

A falta de terra que seja para nossa gente plantar, é causadora de toda esta situação. Aí procuramos o recurso das faixas das rodovias federais e os fazendeiros fazem tudo para nos tirar.

Nós, pequenos proprietários, sofremos falta de condição de financiamento, não podemos adquirir trator, adubos, sementes boas. A lei do INCRA que não se pode adquirir pouca quantidade de terra — de 1 a 3 alqueires — e, com o apoio que dá aos grandes, nos joga como bóias-frias.

Empresas, como a japonesa, gaúchos que vêm de fora, têm todo o apoio do governo para nos desapropriar e, quando indenizam, é quase dado, não pagando o valor da terra, não compensando nem as benfeitorias. Elas vêm com a polícia, ameaçando a gente.

Pelas influências dos grandes, vão tirando o lugar de nós, os pequenos, trabalhar na terra, pondo capim em lugar da roça e nos jogando na cidade a trabalhar como bóia-fria.

Nós estamos conhecendo uma barragem que está sendo construída no Rio Paranaíba, pela Empresa Camargo/Gutierrez que vai atingindo vários municípios nas melhores terras da região, desabrigando umas oitocentas famílias. Muita gente já saiu sem nenhum direito. Os que ainda não saíram, nem sabem se vão receber ou não.

Nós contamos isso para os Senhores, para os Senhores verem o apoio que podem nos dar dentro desta situação.